

DIÁLOGO GLOBAL

11.2

3 edições por ano em vários idiomas

Falando de sociologia
com Dasten Julián

Johanna Sittel
Walid Ibrahim

Desigualdades globais
e a pandemia

Karin Fischer
Kajal Bhardwaj
Camila Gianella
Christina Laskaridis
Luckystar Miyandazi
E. Venkat Ramnaya
Viha Emandi

O novo papel
do Estado?

Julie Froud
Andreas Novy
Richard Bärnthaler
Bob Jessop
Klaus Dörre
Walid Ibrahim
Daniel Mullis

Perspectivas
teóricas

Arthur Bueno

A sociologia encontra a arte

Jenni Tischer

COVID-19:
Pandemia e crise

Margaret Abraham
Karina Batthyány
Esteban Torres
Mahmoud Dhaouadi
Alejandro Pelfini

Seção aberta

- > Sociólogos na arena cívico-política
- > Silêncio em torno da violência do parceiro íntimo em T&T
- > Sobre a capacidade de cuidar do mundo
- > O humano como Homo Culturus
- > Os ataques terroristas na Noruega de julho de 2011

REVISTA



International
Sociological
Association
isa

VOLUME 11 / EDIÇÃO 2 / AGOSTO DE 2021
<https://globaldialogue.isa-sociology.org/>

DG



> Editorial

Nesta edição do *Diálogo Global*, a seção “Falando de sociologia” retoma as transformações atuais no Chile. Nesta entrevista conduzida por Johanna Sittel e Walid Ibrahim, Dasten Julián, um renomado pesquisador que trabalha nos campos intersetoriais da sociologia e da história, reflete sobre as transformações políticas, protestos sociais e o trabalho precário em seu país, e sobre a relação entre ciência social e sociedade.

No último um ano e meio, a pandemia da COVID-19 levou a mudanças fundamentais na vida cotidiana, bem como a novas crises econômicas, sociais e políticas. Desde o início de seu surto, o *Diálogo Global* tem se esforçado em oferecer uma visão das transformações em todo o mundo. Para esta edição, Karin Fischer organizou um simpósio refletindo sistematicamente sobre a pandemia e as desigualdades globais com contribuições da Índia, do Peru, do Reino Unido e da África do Sul. Embora a pandemia afete a população mundial, “não estamos todos sentados no mesmo barco”. O desenvolvimento, a mercantilização e a (falta de) disponibilidade das vacinas e os efeitos da pandemia sobre a saúde e educação mostram o aumento das desigualdades globais entre países pobres e ricos, o Sul Global e o Norte Global, grupos vulneráveis já sofrendo de crises ecológicas ou econômicas e aqueles grupos que podem se dar ao luxo de se proteger.

Nosso segundo simpósio discute a notável mudança na relação entre a economia e o Estado. Estudiosos promovendo o conceito de “economia fundacional” criticam a liberalização econômica das últimas décadas, analisam os limites da ideia dominante de crescimento e advogam por novos modos de provisão nos campos da saúde, educação, alimentação, transferência pública, etc., combinados com infraestruturas moldadas e controladas por instituições democráticas. Refletindo sobre a mudança do papel do Estado diante da pandemia, os autores

discutem até que ponto isto pode afetar a relação entre economia e política a longo prazo, a direção em termos de tendências autoritárias ou democráticas que isto pode levar, e até que ponto a sociologia é desafiada pelo novo intervencionismo estatal.

Na seção teórica, Arthur Bueno reconstrói a era neoliberal das últimas décadas que causou crises econômicas e sociais, assim como crises de subjetividade. Ao focar a depressão, ele discute a passagem do auto empreendedorismo ao esgotamento, da auto-realização à alienação, bem como a influência dos movimentos de protesto e políticas autoritárias, e perspectivas futuras.

A artista Jenni Tischer contribui para o debate público sobre o trabalho essencial na pandemia, explicando duas de suas colagens com o objetivo de tornar mais visível o trabalho invisível.

A seção sobre a COVID-19 esboça alguns desafios para a sociologia, com Margaret Abraham analisando como a pandemia acompanha o aumento da violência doméstica, Karina Batthyány e Esteban Torres abordam o tema das desigualdades sociais, e Mahmoud Dhaouadi discute a crescente influência do discurso do ódio, enquanto Alejandro Pelfini enfoca os processos de aprendizagem da sociedade.

Por último, mas não menos importante, a “Seção Aberta” oferece reflexões teóricas, em particular sobre as concepções concorrentes da humanidade, assim como a discussão de eventos recentes e desenvolvimentos contemporâneos em diferentes países em relação à violência, por um lado, e o cuidado, por outro. ■

Brigitte Aulenbacher e Klaus Dörre,
editores do *Diálogo Global*

> O *Diálogo Global* pode ser encontrado em vários idiomas no [website da ISA](#).
> Submissões devem ser enviadas a globaldialogue.isa@gmail.com

ISA International
Sociological
Association

**DIÁLOGO
GLOBAL**

> Equipe editorial

Editores: : Brigitte Aulenbacher, Klaus Dörre.

Editores assistentes: Johanna Grubner, Walid Ibrahim.

Editor associado: Aparna Sundar.

Editores executivos: Lola Busuttill, August Bagà.

Consultor: Michael Burawoy.

Consultor de mídia: Juan Lejárraga.

Conselho editorial:

Sari Hanafi, Geoffrey Pleyers, Filomin Gutierrez, Eloisa Martín, Sawako Shirahase, Izabela Barlinska, Tova Benski, Chih-Jou Jay Chen, Jan Fritz, Koichi Hasegawa, Hiroshi Ishida, Grace Khunou, Allison Loconto, Susan McDaniel, Elina Oinas, Laura Oso Casas, Bandana Purkayastha, Rhoda Reddock, Mounir Saidani, Ayse Saktanber, Celi Scalón, Nazanin Shahrokni.

Editores regionais

Mundo árabe: (Tunísia) Mounir Saidani, Fatima Radhouani, Habib Haj Salem; (Argélia) Souraya Mouloudji Garrouddji; (Marrocos) Abdelhadi Al Halhouli, Saida Zine; (Líbano) Sari Hanafi.

Argentina: Magdalena Lemus, Juan Parcio, Martín Urtasun.

Bangladesh: Habibur Khondker, Khairul Chowdhury, Abdur Rashid, Ashis Kumer Banik, A.B.M. Najmus Sakib, Bijoy Krishna Banik, Eashrat Jahan Eyemoon, Ekramul Kabir Rana, Helal Uddin, Juwel Rana, M. Omar Faruque, Masudur Rahman, Md. Shahin Aktar, Mohammad Jasim Uddin, Mohammed Jahirul Islam, Ruma Parvin, Sabina Sharmin, Saleh Al Mamun, Sarker Sohel Rana, Sebak Kumar Saha, Shahidul Islam, Shamsul Arefin, Sharmin Akter Shapla, Syka Parvin, Yasmin Sultana.

Brasil: Gustavo Taniguti, Angelo Martins Junior, Andreza Galli, Dmitri Cerboncini Fernandes, Gustavo Dias, José Guirado Neto, Jéssica Mazzini Mendes.

Casaquistão: Aigul Zabirova, Bayan Smagambet, Adil Rodionov, Almash Tlespayeva, Kuanysh Tel, Almagul Mussina, Aknur Imankul, Madiyar Aldiyarov.

França/Espanha: Lola Busuttill.

Índia: Rashmi Jain, Nidhi Bansal, Manish Yadav, Sandeep Meel.

Indonésia: Kamanto Sunarto, Hari Nugroho, Lucia Ratih Kusumadewi, Fina Itriayati, Indera Ratna Irawati Pattinasarany, Benedictus Hari Juliawan, Mohamad Shohibuddin, Dominggus Elcid Li, Antonius Ario Seto Hardjana, Diana Teresa Pakasi, Nurul Aini, Geger Riyanto, Aditya Pradana Setiadi.

Irã: Reyhaneh Javadi, Niayesh Dolati, Abbas Shahrabi, Sayyed Muhamad Mutallebi.

Polónia: Justyna Kościńska, Jonathan Scovil, Sara Herczyńska, Weronika Peek, Aleksandra Wagner, Aleksandra Biernacka, Jakub Barszczewski, Adam Müller, Zofia Penza-Gabler, Iwona Bojadźjewa.

Romênia: Raluca Popescu, Raisa-Gabriela Zamfirescu, Iulian Gabor, Monica Georgescu, Ioana Ianuş, Bianca Mihăilă.

Rússia: Elena Zdravomyslova, Anastasia Daur.

Taiwan: Wan-Ju Lee, Tao-Yung Lu, Tsung-Jen Hung, Yu-Chia Chen, Yu-Wen Liao, Po-Shung Hong, Kerk Zhi Hao, Yi-Shuo Huang.

Turquia: Gül Çorbacıoğlu, Irmak Evren.



Nesta **entrevista com Dasten Julián**, discutimos os recentes protestos em massa no Chile, o seguinte processo de estabelecimento de uma nova constituição e que papel os sociólogos engajados podem desempenhar aqui em face da precariedade generalizada.



A pandemia COVID-19 expôs e aumentou as desigualdades renda, gênero e raça dentro das fronteiras nacionais e, de forma particularmente drástica, em escala global. O desenvolvimento, a mercantilização e a (falta) disponibilidade de vacinas e os efeitos da pandemia em termos de saúde ou educação mostram e aumentam as **desigualdades globais** entre os países pobres e ricos, o Sul Global e o Norte Global, entre grupos vulneráveis que já sofrem de doenças ecológicas ou crises econômicas e grupos que podem se dar ao luxo de se proteger.



Este simpósio trata de questões sobre a relação entre o Estado e a economia. Os colaboradores abordam como as respectivas respostas do Estado à pandemia também influenciarão as futuras formas de governança e como as formas já observáveis de **intervencionismo do Estado** podem ser entendidas. Existe uma nova forma de intervencionismo estatal em formação? Em caso afirmativo, ela assumirá características autoritárias ou democráticas?



O **Diálogo Global** é possível graças à generosa contribuição da **SAGE Publications**.

> Nesta edição

Editorial 2

> FALANDO DE SOCIOLOGIA

Sociologia em momentos de crise:
entrevista com Dasten Julián

por **Johanna Sittel e Walid Ibrahim, Alemanha** 5

> DESIGUALDADES GLOBAIS E A PANDEMIA

COVID-19 e desigualdades globais

por **Karin Fischer, Áustria** 9

Pessoas antes do lucro: um chamado de alerta da COVID-19
por **Kajal Bhardwaj, Índia** 10

Vacinas para a COVID-19: revelando desigualdades globais
por **Camila Gianella, Peru** 12

Perpetuando a divisão entre credores e devedores
por **Christina Laskaridis, Reino Unido** 14

Desafios para reduzir a pobreza e a desigualdade na África
por **Luckystar Miyandazi, África do Sul** 16

Desastres gêmeos na Índia: uma agenda inacabada
por **E. Venkat Ramnayya e Viha Emandi, Índia** 18

> O NOVO PAPEL DO ESTADO?

A economia fundacional como chave para a renovação social
por **Julie Froud, Reino Unido** 20

As economias do futuro e o Estado
por **Andreas Novy e Richard Bärnthaler, Áustria** 22

COVID-19: novas articulações de Estado e economia
por **Bob Jessop, Reino Unido** 24

O Leviatã está de volta! O Estado do Corona e a sociologia
por **Klaus Dörre e Walid Ibrahim, Alemanha** 26

COVID-19: desfazendo lugares seguros na Alemanha
por **Daniel Mullis, Alemanha** 28

> PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Após a depressão: o tema pós-neoliberal

por **Arthur Bueno, Alemanha** 30

> A SOCIOLOGIA ENCONTRA A ARTE

A representação visual do trabalho invisível

por **Jenni Tischer, Áustria** 33

> COVID-19: PANDEMIA E CRISE

Violência doméstica durante a pandemia global

por **Margaret Abraham, EUA** 35

A crise da COVID-19: novas sociologias e feminismo
por **Karina Batthyány, Uruguai e Esteban Torres, Argentina** 37

O assustador impacto global da COVID-19
por **Mahmoud Dhaouadi, Tunísia** 39

Cenários pós-pandêmicos, da adaptação
à aprendizagem coletiva
por **Alejandro Pelfini, Argentina** 41

> SEÇÃO ABERTA

Os sociólogos na arena cívico-política

por **Fredy Aldo Macedo Huamán, México** 43

Silêncio em torno da violência de parceiros íntimos
em Trinidad e Tobago
por **Amanda Chin Pang, Trinidad e Tobago** 45

Sobre a capacidade de cuidar do mundo
por **Francesco Laruffa, Suíça** 47

O humano como Homo Culturus
por **Mahmoud Dhaouadi, Tunísia** 49

Os ataques terroristas de 22 de julho de 2011 na Noruega
por **Pål Halvorsen, Noruega** 51

“Em muitos casos, a economia cresce devido ao sofrimento humano e a desastres ambientais”

Francesco Laruffa

> Sociologia em momentos de crises

entrevista com Dasten Julián



Dasten Julián.

O **Dr. Dasten Julián** é acadêmico e pesquisador do Instituto de História e Ciências Sociais, da Universidad Austral de Chile. Atualmente, ele está trabalhando como pesquisador principal no projeto “Precariedade do trabalho na macrozona sul do Chile: Interseções, territórios e resistência nas regiões do Maule, Ñuble, Biobío e La Araucanía” (2020-2023) financiado pela Agência Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento, do Chile. Ele também é pesquisador associado no Instituto de Sociedade, Trabalho e Política (SWOP) da Universidade de Witwatersrand, Joanesburgo (África do Sul). Dasten Julián formou-se na Universidade Friedrich-Schiller em Jena, Alemanha, e trabalha em temas como: precarização do trabalho e da vida, estratégias e organização sindical, extrativismo, sociologia pública, assim como trabalho no Sul Global em geral. Sua pesquisa é realizada em estreita colaboração com a sociedade civil, sindicatos e ONGs.

O Dr. Julián é entrevistado por **Johanna Sittel** e **Walid Ibrahim**, pesquisadores associados do Departamento de Sociologia Industrial e Econômica da Universidade Friedrich-Schiller, em Jena, Alemanha.

Como surgiram os protestos sociais de 2019 no Chile? Os protestos foram desencadeados por um aumento nas tarifas de transporte público. Foi apenas uma pequena faísca que quebrou as costas do camelo, ou há mais do que isso, como o estado dos serviços públicos e os conflitos dizem muito sobre o estado de uma sociedade?

Os protestos sociais têm uma origem histórica na Constituição imposta pela ditadura civil-militar de Augusto Pinochet (1973-1990), com a aniquilação sistemática das forças democráticas e a realização de um plebiscito fraudulento em 1980. No nível da América Latina, o Chile é o único país que mantém uma constituição feita sob a ditadura militar. Sua persistência na vida social tem uma série de expressões devido ao fato de ter aberto o caminho para a introdução de políticas neoliberais de forma brutal e total. Neste sentido, há cinco décadas a sociedade chilena tem sido intensamente precarizada e saqueada, através de um processo de mercantilização desenfreada e sem precedentes.

Isto tem sido parte de um consenso político entre as duas coalizões que governaram o Chile desde 1990, que sustentaram a primazia da ordem neoliberal em dois

eixos: a confiança no mercado como entidade de alocação de bem-estar e integração social, e a Constituição Pinochet como obstrução à democratização do sistema político. Este período (1990-2019) foi chamado de “transição democrática”, o que implicou num processo de democratização gradual para recuperar certas bases de convivência e organização democrática da sociedade. Entretanto, o sistema e os atores políticos institucionais bloquearam os canais de participação e de tomada de decisão ativa por parte das maiorias, enquanto o modelo econômico atingiu altas taxas de crescimento.

>>

Um processo sistemático de desconfiança e deslegitimação do sistema político foi incubado, com um profundo distanciamento dos cidadãos. Processos de conluio econômico, casos de financiamento irregular de campanhas, impunidade nos tribunais de justiça para empresários, etc., eram alguns dos sintomas de uma sociedade presa por redes de poder cimentadas durante a ditadura. O slogan “Chile acordou” mostra este momento de revelação e rebelião, de consciência, identificação e poder, assim como a “declaração de guerra” do governo, a violação dos direitos humanos (8.827 queixas formais em tribunais de justiça) e a prisão de manifestantes (até 27.432 deles) sintetiza o sentido autoritário, conservador e militar que prevalecera na política formal.

Os protestos no Chile, também, combinam subjetividades e geografias muito diversas. Jovens, mulheres, idosos, povos indígenas, migrantes, etc., desenvolvem repertórios de aliança em espontaneidade e coordenação. O presente e o passado convergiram através de um encontro geracional de memória política em espaços privados e públicos, o político se manifestou na estética, na criatividade artística, na música, nas ruas, nas áreas rurais, assim como em assembleias, conversas, na ocupação de espaços virtuais, etc. Como sociedade, tivemos um reencontro cultural, político e simbólico de grande profundidade, que se entrelaça com a “dignidade” como um objetivo, como um costume. Portanto, o que é exposto neste encontro é o elemento original e constitutivo da sociedade chilena, seu contrato social, seus fundamentos, sua Constituição.

Como o processo de elaboração da Constituição se apresenta neste momento? Há algum ator que se destaque aqui? As ciências sociais desempenham um papel ou os juristas dominam?

Um Plebiscito Nacional foi realizado em 26 de abril de 2020, um ano atrás. Mais de 7 milhões de pessoas participaram. Mais de 78% dos eleitores, ou seja, cerca de 5,8 milhões de pessoas, ratificaram a necessidade de uma nova Constituição, bem como a necessidade de que ela seja realizada por pessoas eleitas para uma Assembleia (Convenção Constituinte), sem a participação de membros do Congresso. Cerca de 50% dos eleitores registrados votaram no processo, estabelecendo uma taxa histórica de participação devido ao caráter voluntário do voto.

Atualmente, o processo de constituição está em um momento chave, pois as eleições daqueles que comporão a assembleia constituinte serão realizadas em 11 de abril¹. A composição envolveu uma série de discussões sobre a paridade de gênero e a participação dos povos indígenas, que não foi sujeita a eleições, mas à intervenção do governo e ao lobby político. Isso exigiu uma vigilância constante dos processos decisórios do Congresso. Esta vigilância coletiva mostrou a captura institucional, embora o processo tivesse

sido tomado, e que o momento constituinte havia adquirido um novo significado político: a revitalização do sistema partidário.

Embora a revolta tivesse uma sensibilidade antipartidária, focalizada na ação de massa e crítica ao sistema político, foram os órgãos do Estado que acabaram canalizando e moldando o processo constituinte. As forças independentes e suas candidaturas tiveram que enfrentar uma série de dificuldades e desigualdades em relação aos candidatos membros de partidos políticos, como refletido nos obstáculos para o registro de candidaturas, financiamento e participação na mídia, entre outros. Isto tem dificultado a organização de forças independentes, que já estão amplamente dispersas e fragmentadas.

A pandemia tem limitado os espaços de debate e reunião para a discussão e elaboração de propostas. As ciências sociais têm promovido uma série de reflexões com uma visão crítica e reflexiva do processo, em uma atitude de denúncia e consciência coletiva das violações dos direitos humanos, etc., assumindo um papel público, deixando o hábito acadêmico e abrindo-se aos desafios do momento. Entretanto, a maioria dessas intervenções tem se restringido à esfera virtual ou à mídia tradicional de livros, artigos científicos, etc., o que tem dificultado seu impacto e massividade. No entanto, instalou um senso público da relação entre engajamento, ciência(s) e conhecimento.

Que partes de seu trabalho científico social desempenham um papel especial nas disputas políticas que recentemente marcaram o Chile? Existem áreas ou problemas particularmente relevantes na combinação de ciências sociais engajadas e trabalho político?

Meu trabalho científico tem enfatizado a pesquisa sobre a precariedade do trabalho e da vida. Tenho me dedicado a prestar contas das características do trabalho e da vida na sociedade chilena, considerando os elementos culturais, subjetivos, econômicos e territoriais que estão inscritos nas interseções de poder. Meus objetivos foram estabelecer uma plataforma de trabalho local-territorial com organizações sociais, ambientais e sindicais, mobilizando conexões com redes globais de pesquisa, e fortalecer a coesão da comunidade científica social nacional nos estudos trabalhistas.

Como tenho investigado o processo de precariedade social e o mundo do trabalho, pude ver diretamente como o trabalho, o emprego e o desemprego são identificados como lugares críticos para as condições de vida das pessoas. A qualidade do emprego, salários, automação, rendimentos, a introdução de plataformas e a fraqueza do sistema de direitos sociais pressionam muito a vida das pessoas. O endividamento, a busca de empregos informais, ou para mais de um emprego, fazem parte desta disputa entre dignidade e precariedade da vida. Muitos destes problemas são alguns dos núcleos que atravessam

>>

as disputas políticas e sociais no Chile, e também mostram a precariedade dos jovens, das mulheres, dos migrantes, dos idosos, etc.

A ciências sociais devem assumir uma responsabilidade, especialmente quando os conflitos estão em primeiro plano ou você acha que a ciência opera em um período de tempo diferente, talvez a longo prazo?

Há várias pessoas e grupos de trabalho que têm tentado fortalecer estas pontes entre a ciência social e a sociedade, visando tornar visível e destacar a importância do conhecimento científico na tomada de decisões, ações e deliberação democrática. Esta lacuna entre o mundo da pesquisa, a esfera pública e, especialmente, a atividade dos movimentos sociais, é o que precisa ser superada. De fato, muitos movimentos como o feminista, ambientalista e outros já dão exemplos e nos permitem ter uma ideia destas articulações.

Por sua vez, as responsabilidades das ciências sociais se tornam mais claras nos momentos de crise. O conflito é frequentemente um sintoma de crise e, ao mesmo tempo, um arauto de mudança. Este processo é muitas vezes um site de referência nas ciências sociais. Pessoalmente, minha prática da sociologia é uma resposta de urgência. Tal tem sido a guerra desencadeada na sociedade, a depredação e a precarização, que eu tive que agir/doar em um sentido muito presente, que faz parte das próprias possibilidades de uma temporalidade precária, frágil e incerta. Isto tem suas contradições e negatividades, pois impede a ideia de futuro (que poderia encerrar a falta de utopias), mas ao mesmo tempo ensina uma nova forma, mais prática e ativa de forjar utopias no conhecimento.

Os resultados de sua pesquisa são percebidos publicamente e fora da ciência, e os atores políticos estão interessados nos resultados da pesquisa em ciências sociais?

Minha experiência me mostra que este é o caso. Mas acredito que a questão não é se os resultados são percebidos, mas sim se existe um trabalho de construção de caminhos, redes, nas quais o conhecimento é trocado, dialogado, compartilhado e recriado. Há uma comunicação constante com organizações, associações, sindicatos, etc. Tentamos mobilizar nossa agenda de pesquisa em relação a problemas que identificamos na realidade, com base em diagnósticos originados nestes espaços de diálogo. Buscamos uma abordagem harmoniosa dos desafios científicos globais e dos problemas públicos na região.

Assim nasceu o “Grupo de Estudios del Trabajo desde el Sur” (GETSUR). O GETSUR é uma plataforma de trabalho local-territorial, que depende de redes globais de pesquisa e procura fortalecer o tecido de organizações sociais e sindicais. Promovemos uma sinergia e simbiose com as necessidades das organizações sindicais, para as quais

disponibilizamos a universidade, tanto em termos de infraestrutura e logística, como também em termos de conhecimento e capacidade de pesquisa para tratar de problemas específicos em treinamento, informação e/ou reflexão.

A rebelião de outubro foi de fato um marco muito importante para as ciências sociais. Como cientistas, estamos testemunhando nosso próprio despertar, e a possibilidade de participar e ser um ator nesse despertar também é revitalizante e refrescante. Acredito que o conceito de precariedade e precariedade oferece uma das múltiplas possibilidades para nos permitir caminhar nesta linha.

Seus temas de pesquisa são a precariedade, as inseguranças do mercado de trabalho, e como elas contribuem para a reprodução das sociedades. No entanto, você também participou de projetos que envolveram os bairros e instituições governamentais de Temuco em modelos de reciclagem. Você pode nos contar um pouco sobre esta experiência de pesquisa e identificar os problemas e desafios particulares deste tipo de pesquisa sociológica?

É claro. Estas experiências têm surgido ao seguir os tipos de fios que encontro ao longo do caminho e que, entre curiosidade, pedagogia e sensibilidade, me levam a colaborar com outros atores no espaço local. Entre as experiências de reciclagem, colaborei com uma ONG chilena chamada Red de Acción por los Derechos Ambientales (RADA), que é uma organização que colabora com vários movimentos sociais, comunidades Mapuche e organizações territoriais da região de La Araucanía e Wallmapu. Eles têm uma estratégia e um plano “Lixo Zero” para a gestão e manejo de resíduos na cidade de Temuco, para o qual eles propuseram com sucesso um projeto para um fundo público de proteção ambiental em 2017.

Iniciamos esta experiência após o fechamento, em dezembro de 2016, do aterro sanitário da cidade, que estava em funcionamento desde 1992. O aterro sanitário havia desmoronado e contaminado as águas subterrâneas do local. Ele havia sido instalado no meio de 22 comunidades Mapuche na parte oeste da cidade. As consequências para a saúde das pessoas que vivem ao seu redor haviam sido confirmadas em várias investigações, e o governo havia investido em serviços públicos e infra-estrutura como uma espécie de mitigação culposa para as consequências do sacrifício ambiental. A contaminação afetou a economia local, as condições de vida e o meio ambiente. Mas, nesta precariedade, muitas pessoas viram no aterro sanitário uma possibilidade de subsistir economicamente trabalhando com a reciclagem e a venda de resíduos.

Foi assim que, em 2016, realizamos um cadastro de recicladores informais, catadores de lixo no aterro sanitário.

>>

Antes do fechamento do aterro sanitário, colaborei na formação da união de recicladores junto com a RADA. O sindicato contava com 62 membros. Alguns eram homens e mulheres Mapuche do setor, outros eram pessoas dos bairros mais pobres de Temuco. A maioria deles via isso como um trabalho familiar. Nesta tarefa, eu era acompanhado por um estudante de sociologia, que fazia pesquisas sobre o processo de fechamento e a geração de alternativas econômicas para a reciclagem. Estava lá quando, diante da proposta do sindicato de buscar e conceber um espaço econômico para a subsistência, pensamos na proposta do projeto de proteção ambiental de uma forma ecológica.

Na sua opinião, como as duas áreas de pesquisa – precariedade e iniciativas ecológicas locais – se relacionam entre si?

Penso que a maneira como eles estão relacionados pode ser exemplificada através da experiência que lhes falei. Nesta experiência, começamos a trabalhar em um primeiro nó de inter-relação: a precariedade dos recicladores em seu trabalho diário e a precariedade da população mapuche que vive no setor e que suporta o racismo ambiental do aterro sanitário. Ambos os tipos de precariedade estavam interligados numa forma de entender o desenvolvimento, a sociedade, o trabalho, a natureza e a vida. Eles estavam presentes em um conflito: o aterro sanitário, sua instalação, sua operação e seu fechamento.

O lixo, como produto de uma sociedade centrada no consumo e como a materialidade da insustentabilidade ecológica, nos mostrou como a precariedade se multiplicava em torno dele. Trabalhadores que vivem do lixo. As pessoas estão prontas para comer ou procurar alimentos no meio do lixo. Extrema pobreza e negligência social. É por isso que, antes do fechamento do aterro sanitário, a informalidade laboral que prevalecia na reciclagem levou a uma nova zona de expulsão social, onde é mais difícil desenvolver estratégias de persistência e subsistência. A formação do sindicato não é uma garantia de força política porque a estrutura institucional induz à fragilidade das organizações de trabalhadores, mas ao mesmo tempo nos permitiu pensar em uma figura associativa para elaborar alternativas.

Há uma série de crises que ameaçam a existência humana e, portanto, a multiplicação, não mais do risco, mas da precariedade da vida. Creio que as atuais disputas políticas introduziram uma sensibilidade política, especialmente os movimentos feministas, ecológicos e decoloniais do conhecimento, que nos convidam a repensar o senso de urgência, crise e compromisso diante de um capitalismo voraz, predatório e de guerra. ■

Contato com Dasten Julián <dasten@gmail.com>

1. As eleições foram adiadas devido à pandemia. Elas serão realizadas nos dias 15 e 16 de maio de 2021.

> COVID-19 e desigualdades globais

por **Karin Fischer**, Johannes Kepler University, Áustria

O coronavírus não isenta ninguém e não respeita nenhuma fronteira nacional. De acordo com o Programa de Desenvolvimento da ONU, o índice de desenvolvimento humano – uma medida combinada de educação, saúde e padrão de vida – está em curso de declínio pela primeira vez desde 1990. O declínio é esperado na maioria dos países – ricos e pobres – em todo o mundo.

Esta observação não deve evocar um “imaginário igualitário”. A COVID-19 revela que não estamos todos sentados no mesmo barco. “Enquanto estamos todos flutuando no mesmo mar, é claro que alguns estão em super iates, enquanto outros estão agarrados aos destroços à deriva”, como disse o Secretário Geral da ONU, António Guterres. A pandemia expôs e aumentou as desigualdades existentes de riqueza e renda, gênero e raça – dentro das fronteiras nacionais, mas, particularmente, de forma drástica em uma escala global.

Os impactos altamente desiguais da pandemia podem ser observados em muitas escalas, desde o nível doméstico até o sub-nacional e nacional. As contribuições nesta seção especial enfocam perspectivas de grande ângulo sobre a desigualdade, ou seja, a divisão Norte-Sul. Três temas ilustram desigualdades enraizadas entre países ricos e pobres: o acesso desigual às vacinas, terapias e tecnologias da COVID-19; o peso da dívida soberana e relações financeiras desiguais; e a exposição desigual às mudanças climáticas.

O primeiro artigo de Kajal Bhardwaj ilumina o Acordo TRIPS do atual regime comercial mundial, que valoriza mais os direitos de propriedade intelectual e os lucros privados do que o direito humano à saúde. Os direitos monopolistas das empresas estimulam o que é, cada vez mais, visto como o “apartheid de vacinas” ou “imperialismo de vacinas”: a luta desigual, desigual e chocante pelas vacinas COVID-19. Em sua contribuição, Camila Gianella visita o Peru como um local na desigual batalha global de aquisição de vacinas. A Pfizer colocou seu país de origem no final da lista de fornecimento depois de não aceitar algumas cláusulas do acordo de compra de vacinas – apesar do fato de que o Peru tem uma das maiores taxas de incidência e mortalidade da COVID-19 na América Latina.

A pandemia e a recessão global resultante estão empurrando os países para uma armadilha de dívidas. Este não é um problema apenas dos países pobres. De acordo com o Global Sovereign Debt Monitor 2021, 132 dos 148 países pesquisados no hemisfério sul estão criticamente endividados. Christina Laskaridis mostra a desigualdade geográfica da dívida soberana sob a COVID-19. Ela deixa claro que a política relativa à dívida é um jogo de poder global com uma enorme influência sobre as condições de vida. Luckystar Miyandazi acrescenta a isso as geografias globais desiguais do lucro: os fluxos financeiros ilícitos são extraídos dos países mais pobres do mundo e acabam nos bolsos de indivíduos, “parceiros” comerciais, sedes de corporações transnacionais e paraísos fiscais no Norte Global. A África perde todos os anos quase tanto quanto o total combinado dos influxos anuais de assistência oficial ao desenvolvimento e investimento estrangeiro, escreve ela. Isso significa que esses países não têm espaço fiscal para derramar dinheiro em suas economias ou financiar programas especiais de proteção social em resposta à pandemia da COVID-19. As obrigações de pagamento da dívida e os fluxos financeiros ilícitos estrangulam, ainda mais, suas economias e dificultarão o desenvolvimento a longo prazo, como ela mostra com o exemplo da Zâmbia.

Por último, mas não menos importante, E. Venkat Ramnaya e Viha Emandi chamam a atenção para o que eles chamam de “desastres gêmeos”, pois tanto o coronavírus quanto a vulnerabilidade ecológica crescem exponencialmente em algumas regiões da Índia. Eles mostram que o impacto social e econômico da pandemia é ainda mais exacerbado pelos desastres ecológicos, tais como estresse hídrico, enchentes ou ciclones. Novamente, as consequências dos desastres ambientais são distribuídas de forma desigual e afetam principalmente aqueles que já sofrem desproporcionalmente com a pandemia.

A COVID-19 é um desafio global. Entretanto, quanto mais próximos os problemas se tornam e maior o desafio, mais o horizonte se torna limitado, ao que parece, a uma perspectiva nacionalista ou mesmo mais restrita. O chamado dos colaboradores: Ninguém está seguro, até que todos estejam seguros! ■

Contato com Karin Fischer <Karin.fischer@jku.at>

> Pessoas antes do lucro: um chamado de alerta da COVID-19

por **Kajal Bhardwaj**, advogada, Nova Délhi, Índia

Em 2001, a Organização Mundial do Comércio (OMC) enfrentou o impacto das obrigações de propriedade intelectual (PI) consagradas em seu acordo multilateral, o Acordo TRIPS, sobre as tentativas globais de enfrentar a pandemia do HIV. Na época, as empresas farmacêuticas multinacionais processaram o presidente sul-africano Nelson Mandela por disposições legais para permitir a importação de tratamentos genéricos de HIV a preços acessíveis; estas empresas, como detentoras de patentes sobre os tratamentos, estavam cobrando dezenas de milhares de dólares por eles, enquanto os medicamentos genéricos de HIV custavam um dólar por dia. As empresas alegaram que as ações da África do Sul violavam o Acordo TRIPS. O ultraje global contra as empresas farmacêuticas pelo lançamento do caso resultou na adoção da Declaração de Doha sobre TRIPS e Saúde Pública por todos os membros da OMC. Isto afirmava que os países tinham o direito de interpretar o Acordo TRIPS de forma a apoiar seu direito de proteger a saúde pública e garantir o acesso de todos aos medicamentos.

> COVID-19 e as barreiras do TRIPS

Vinte anos depois, outra pandemia, a COVID-19, tem dois terços dos membros da OMC exigindo que as obrigações de PI nos termos do Acordo TRIPS sejam dispensadas. As flexibilidades do TRIPS destacadas pela Declaração de Doha – licenças compulsórias, importações paralelas ou padrões rigorosos de patenteabilidade – ajudaram os países a ter acesso a tratamentos acessíveis de HIV, Hepatite C, câncer e doenças cardíacas. Mas a proposta atual da Índia e da África do Sul argumenta que uma doença infecciosa de rápida evolução, de rápida mutação como a COVID-19 exige uma isenção total das barreiras de PI, deixando os países e concorrentes livres para prosseguir na pesquisa, desenvolvimento e produção de qualquer tecnologia de saúde COVID-19 - sem perder tempo em complexas negociações de licenciamento, sem o medo de processos multi-milionários de violação de PI, e sem o medo de pressões comerciais de países ricos.



Projeção do Global Justice Now e The People's Vaccine, em campanha pela igualdade global de vacinas nos escritórios da Associação para a Indústria Farmacêutica Britânica, Westminster, Londres, 2021. Crédito: Flickr: [Jess Hurd/Global Justice Now](#).

Os países ricos, como esperado, estão argumentando que a PI não está criando barreiras. Mas no sombrio aniversário de um ano da pandemia, a evidência é o contrário. Mesmo quando a atenção global está concentrada no que cada vez mais é visto como “apartheid de vacinas” na luta desigual, injusta e chocante pelas vacinas COVID-19, esta desigualdade tem sustentado o acesso a máscaras, diagnósticos, equipamentos e tratamentos desde o início.

Para o público em geral, a realização do alcance e do poder da proteção de PI provavelmente veio com a notícia de que os pesquisadores italianos que trabalham na impressão

>>

3D para válvulas de ventilação poderiam enfrentar ações legais de detentores de PI. Um senador americano pediu à 3M, uma empresa que detém centenas de patentes sobre desenhos de máscaras que ela aplica agressivamente, que desistisse de suas patentes para aumentar a oferta. Ameaças de ação legal obrigaram a empresa farmacêutica Roche a revelar a receita de seus testes COVID-19 na Holanda. O preço de US\$ 19,80 do Cepheid para seus testes COVID-19 de 45 minutos poderia ser tão baixo quanto US\$ 5 e tem atraído a condenação de grupos da sociedade civil. A US MNC Gilead vende o medicamento anti-viral Remdesivir a US\$ 2.340. Seu punhado de licenciados que abastecem um número limitado de países em desenvolvimento cobra US\$ 320. Mas pesquisadores da Universidade de Liverpool estimam que os preços de produção em massa poderiam ser inferiores a US\$ 6.

Como as nações ricas vacinam uma pessoa a cada segundo, a maioria das nações mais pobres ainda não administra nem mesmo uma única dose. Há uma capacidade considerável de fabricação de vacinas no Sul Global, mas um campo minado de proteção à PI, incluindo patentes, segredos comerciais e exclusividade de dados, está no caminho. Dados do Escritório Europeu de Patentes mostram centenas de patentes relacionadas às vacinas contra o coronavírus. Estudos sugerem que as patentes de vacinas tendem a ser extremamente amplas, abrangendo ingredientes, tecnologias de processo, grupos etários e regimes de dose. A proteção do segredo comercial permite que os produtores de vacinas mantenham o know-how que poderia ajudar outros fabricantes a aumentar rapidamente a produção, enquanto a exclusividade de dados e de mercado provavelmente criará mais barreiras em seu registro.

> Aprofundando a divisão entre Norte e Sul

A vacina Oxford-AstraZeneca deveria estar disponível para produção em massa sob a promessa original da Universidade de Oxford de licenciamento não-exclusivo de PI sobre suas tecnologias COVID-19. Ao invés disso, foi feito um acordo exclusivo com a AstraZeneca, que entrou em sub-licenças secretas com alguns fabricantes. A capacidade de produção é claramente insuficiente à medida que doses da Índia se infiltram em alguns países em desenvolvimento. E a promessa de preços sem fins lucrativos não foi cumprida, pois os países mais pobres estão pagando entre US\$ 3 e US\$ 8 por dose.

Curiosamente, países ricos como França, Alemanha e Canadá foram dos primeiros a adotar medidas legais para facilitar as licenças compulsórias da COVID-19. Israel emitiu uma licença compulsória sobre o anti-viral Lopinavir/Ritonavir. A Hungria e a Rússia emitiram licenças compulsórias para o Remdesivir. A ação governamental para remover barreiras de PI muitas vezes resulta em empresas modificando seu comportamento de exploração

em torno da PI. A licença compulsória de Israel resultou no anúncio pela AbbVie de que não aplicaria mais suas patentes sobre o Lopinavir/Ritonavir globalmente. Grupos de pacientes na Índia, Tailândia e Argentina apresentaram desafios de patentes sobre Remdesivir e Favipiravir. Um fabricante canadense procurou publicamente uma licença para a vacina Johnson & Johnson e pode buscar uma licença compulsória.

Os países ricos investiram milhões em financiamento público no desenvolvimento de vacinas, testes e tratamentos COVID-19. No entanto, eles pagam preços altos e enfrentam interrupções no fornecimento. Em vez de usar medidas legais para remover barreiras de PI, abrir o compartilhamento de know-how e aumentar a produção, eles estão capturando os suprimentos disponíveis e impondo restrições à exportação. Pior ainda, não há nenhuma exigência de que as empresas sejam transparentes sobre suas capacidades de produção, seus preços, ou seus acordos. Algumas negociações, alegadamente, exigem que os países indenizem as empresas por reações adversas ou coloquem ativos do governo, como embaixadas, como garantia. Embora as empresas tenham minado mecanismos voluntários ao se recusarem a se envolver com o pool de acesso à tecnologia da OMS ou ao despriorizar os suprimentos para as instalações da Covax visando a distribuição justa das vacinas COVID-19, as associações farmacêuticas estão aumentando seu lobby contra governos e agências da ONU que tentam superar barreiras de PI. A OMS e as agências da ONU têm se manifestado em apoio à isenção do TRIPS. Mas o secretariado da OMC está enterrando a cabeça firmemente na areia, continua, com firmeza, insistindo em abordagens voluntárias. Mesmo quando estas posições pareciam ficar, cada vez mais, arraigadas, em 5 de maio de 2021, após meses de campanhas de ativistas em prol da renúncia ao TRIPS, o Representante Comercial dos Estados Unidos fez um anúncio surpresa apoiando a renúncia ao TRIPS, embora limitada às vacinas COVID-19.

Mesmo quando o movimento dos EUA aproxima as negociações sobre a isenção do TRIPS, o que é evidente é que desperdiçamos o ano passado esperando que as empresas fizessem a coisa certa. Os pedidos por uma “vacina do povo” estão crescendo. Com o surgimento de novas variantes, países como o meu enfrentam ondas sucessivas de mortes e doenças persistentes da COVID-19 exigem seu preço para pacientes, famílias e sistemas de saúde. Não temos mais tempo para perder navegando por regras comerciais complexas que colocam os lucros sobre as pessoas. A isenção do TRIPS será o primeiro passo necessário para limpar o caminho para garantir o acesso a todas as tecnologias de saúde da COVID-19 para todos, em todos os lugares. ■

Contato com Kajal Bhardwaj <k0b0@yahoo.com>

> Vacinas para COVID-19: revelando as desigualdades globais

por **Camila Gianella**, Pontificia Universidad Católica del Perú-Cisepa, Peru



A distribuição de vacinas segue os mesmos padrões desiguais que as desigualdades globais seguiam antes da pandemia.

Credito: FrankyDeMeyer/Getty Images/iStockphoto.

A pandemia da COVID-19 está tendo efeitos econômicos e sociais devastadores em todo o mundo. Entretanto, uma mensagem perigosa que surgiu desta crise global é que estamos enfrentando a mesma crise em todos os lugares (estamos no mesmo barco), como se enfrentar um lockdown em Bergen, Noruega, fosse o mesmo que enfrentar um lockdown em Lima, Peru; ou enfrentar um *lockdown* em um bairro rico em Lima fosse o mesmo que ter que lidar com os grandes desafios que o *lockdown* representa para as famílias que vivem nos bairros de lata da mesma cidade.

Este imaginário homogeneizador permitiu uma distribuição desigual das vacinas COVID-19, apesar de [alguns apelos](#) para garantir a igualdade de acesso entre os Estados. O fato é que os países ricos ganharam a corrida: eles foram os primeiros com capacidade para comprar as vacinas e,

>>

consequentemente, começar a vacinar suas populações. Embora seja verdade que alguns países ricos, [como a Noruega](#), se comprometeram a compartilhar doses de vacinas com países mais pobres, em janeiro de 2021, o acesso às vacinas foi determinado pela riqueza de um país.

> O regime de inovação de medicamentos privatizado

A situação que estamos enfrentando com relação ao acesso à vacina no mundo inteiro não resulta (apenas) da miserabilização de determinados países, mas reflete um regime mundial problemático de inovação de medicamentos. Os países ricos têm alocado fundos públicos para o desenvolvimento das vacinas. Mesmo no caso da Pfizer, que negou a participação do dinheiro público no desenvolvimento de suas vacinas, os [relatórios](#) mostram que suas empresas parceiras, que co-desenvolveram a vacina, receberam fundos públicos. A participação dos países ricos no desenvolvimento das vacinas lhes permite pedir “melhores preços”, mas não nega às empresas privadas o direito de lucrar com as vacinas. Como consequência, sob as regras atuais, e apesar da necessidade urgente de vacinar a população da África do Sul para deter a propagação da doença e suas novas variantes, a África do Sul teve que [pagar quase 2.5 vezes mais](#) que a maioria dos países europeus por doses da vacina COVID-19 da Oxford-AstraZeneca.

A participação de fundos públicos não impediu os fabricantes privados de vacinas de solicitar cláusulas de confidencialidade, bem como uma reforma legal para protegê-los de processos judiciais se suas vacinas COVID-19 causarem efeitos colaterais inesperados. A necessidade de vacinas, e a falta de liderança global para impor algumas condições mínimas ao comércio de vacinas para a COVID-19, tem dado enorme poder aos fabricantes de vacinas. Eles estão atrasando ou bloqueando as negociações com os países que precisam das vacinas,

retardam assim o acesso a elas e, eventualmente, contribuem para mais mortes e para o desenvolvimento (e propagação) de novas variantes do vírus.

Um exemplo é o Peru e suas negociações fracassadas com a Pfizer. O Peru está entre os países com as maiores taxas de incidência e mortalidade de COVID-19, na América Latina e no Caribe, assim como no mundo inteiro. Em janeiro de 2021, quando o país estava passando pelo início da segunda onda, o sistema de saúde já havia entrado em colapso. Em 2020, o governo peruano havia iniciado as negociações com a Pfizer, mas recusou-se a aceitar algumas das cláusulas impostas pela empresa relacionadas à não-passividade. Como consequência, a Pfizer colocou o Peru no final da lista, apesar do impacto devastador da COVID-19 no país. Como no caso da África do Sul e do preço das vacinas, isto foi feito com total impunidade; os fabricantes de vacinas estão impondo as regras, e decidindo quem terá acesso e a que preço, em meio a uma emergência global.

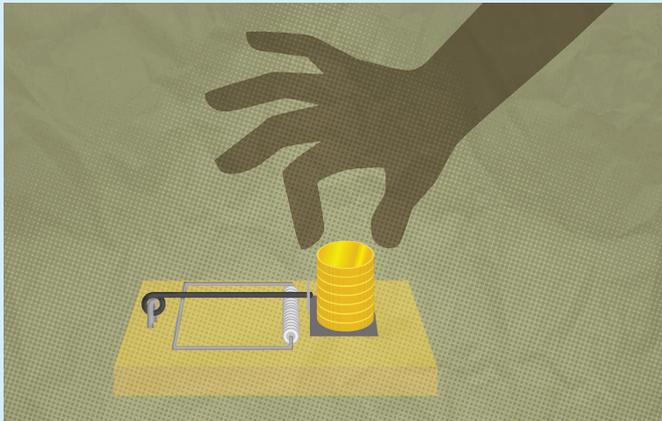
> O acesso às vacinas e o direito à saúde

O acesso a medicamentos como as vacinas é um dos elementos fundamentais para a plena realização do direito de todos ao mais alto padrão de saúde física e mental alcançável. As inovações na medicina e o acesso a esta inovação constituem um elemento-chave do acesso aos medicamentos e, conseqüentemente, as leis e regulamentos que regem o acesso à inovação em medicina são elementos centrais das políticas nacionais de saúde. A pandemia da COVID-19 revelou a falta de liderança global e a fraqueza dos Estados em impor condições aos fabricantes de bens de valor, bem como os limites dos atuais esquemas de inovação médica. A alocação de fundos públicos a empresas privadas é claramente insuficiente para garantir o acesso universal aos medicamentos. ■

Contato com Camila Gianella <gianella.c@puccp.edu.pe>

> Perpetuando divisões entre credores e devedores

por **Christina Laskaridis**, The Open University, Reino Unido



| Ilustração por Arbu.

Os países ricos combatem a desaceleração econômica por meio de estímulo econômico e gastos financiados pela dívida, ao passo que os países de baixa e média renda no Sul Global são capturados pela armadilha de uma dívida que se perpetua. Os legados do colonialismo e as geografias passadas da dívida soberana no Sul Global estão sendo reforçados em tempos de COVID mediante abordagens duradouras acerca de empréstimos internacionais que promovem os interesses de credores acima do alívio da dívida.

> Desigualdade Norte-Sul e financiamento da dívida

David Graeber foi um daqueles que expôs como a dívida é eficaz em encobrir relações históricas de dependência e relações de poder desiguais. Reiteradamente, ele argumentou que as relações de violência reformuladas a partir da “linguagem da dívida” têm o efeito imediato de fazer quem está em posição mais frágil parecer estar errado. Os empréstimos internacionais faziam parte de projetos coloniais e as dificuldades de pagamento geraram conflitos entre credores e devedores; tais conflitos, por sua vez, resultaram na criação de mecanismos de supervisão externa direta e interferência militar, mas, neste contexto, não era raro que os devedores suspendessem exitosamente os pagamentos e impedissem a cobrança das dívidas. Recentemente, as desigualdades globais da dívida internacional foram tratadas sob o prisma do neocolonialismo e da financeirização. A financeirização subordinada é caracterizada por relações desiguais de dívida, com restrições estruturais ao desenvolvimento

decorrentes de um dessas partes estar em uma posição subordinada vis-à-vis um núcleo.

Um aspecto, a esse respeito, se relaciona ao sistema monetário e financeiro internacional. Como Keynes postulou, e subsequentemente vários pós-keynesianos, a preferência pela liquidez revela uma hierarquia em ativos financeiros que se torna mais evidente na economia internacional durante momentos de incerteza e instabilidade. Os alertas sobre as armadilhas da próxima dívida se amontoaram até as vésperas da pandemia. Anos de política monetária frouxa nos Estados Unidos, gestada como resposta a uma crise no Norte global e que se somou a ações de empresas financeiras, criaram uma onda de liquidez global com reflexos na atual crise da dívida. Isso levou a uma procura global por rendimento em todo o mundo em desenvolvimento, redundando assim em uma mudança no cenário de credores para inúmeros países de baixa e média baixa renda, que contam com acesso e custo de financiamento altamente desiguais. Desse modo, uma vulnerabilidade estrutural ao “risco de mercado” foi engendrada mediante a capacidade de um país se financiar e refinarçar, tornando-se altamente dependente de fatores que escapam ao seu controle, inclusive aumentando a preocupação já de longa data com a volatilidade cambial decorrente da dependência de commodities.

Os problemas de pagamento da dívida surgem das restrições ao desenvolvimento e das estruturas globais de produção, certamente ambas mais produto do passado colonial do que da frequente explicação acerca da má gestão interna das finanças públicas. Outro aspecto disso diz respeito às falhas institucionais arraigadas sobre como as crises da dívida são tratadas. Quando surgem problemas de pagamento da dívida, os países encaram um conjunto de fóruns de credores, ambientes jurídicos discrepantes, exclusão dos mercados de capitais e risco de litígios com credores, enquanto são forçados a abandonar os seus planos de desenvolvimento. Frequentemente, isso ocorre de forma simultânea a programas contracionistas

>>

do FMI que falham em fornecer soluções equitativas e duradouras para os problemas da dívida, o que enfraquece a capacidade do Estado de proteger as populações vulneráveis. Como se sabe amplamente, os tratamentos dedicados às crises da dívida ficam restritos ao “muito pouco” e “muito tarde”, falhando frequentemente em restabelecer a sustentabilidade da dívida, o que acarreta em um enorme custo social para o país devedor.

> O impacto do COVID-19 na dívida

Com o início da pandemia, as persistentes desigualdades na economia global foram expostas e exacerbadas. Ao lado das interrupções do comércio, do qual os países dependem como fonte de divisas, e dos declínios nos preços de commodities chaves que são determinadas nos mercados financeiros, a inversão do fluxo de capital na primavera de 2020 foi a maior já registrada. Isso levou a uma desvalorização das moedas dos países, tornando maior o ônus do pagamento da dívida em moeda estrangeira. A falta de acesso a moeda forte durante uma crise reflete a integração desigual e a posição subordinada na economia internacional, além de criar uma capacidade de resposta desigual. Ainda que isso seja mais óbvio em escalas significativamente diferentes de medidas de apoio fiscal entre os variados grupos de renda, o acesso assimétrico à liquidez demandada é reforçado pelas ações tomadas por atores poderosos.

Somente alguns dos maiores países possuem acesso a linhas ampliadas de swap de dólar inauguradas pelo Federal Reserve Bank dos EUA, e os arranjos de financiamento regional têm permanecido majoritariamente inativos, legando a principal resposta política para as questões da dívida global ao G20 e ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Contudo, a despeito das estimativas de US\$ 2,5 trilhões em financiamento incondicional e livre de dívidas que se fazem necessários, somados ao cancelamento da dívida estimado em US\$ 1 trilhão entre todos os grupos de renda e, por fim, uma revisão há muito esperada da arquitetura da dívida, a resposta tem se pautado pelo aumento do acesso a empréstimos caros em todas as regiões e grupos de renda, muitas vezes para países que já enfrentam dificuldades em pagar dívidas. Certos países chegam a gastar quantias de receita pública com a dívida que são inúmeras vezes superiores àquelas gastas com saúde. Os empréstimos do FMI e o adiamento temporário do serviço da dívida bilateral por meio da Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI, sigla em inglês), estabelecidas pelo G20 em abril de 2020, agravam os problemas de dívida existentes e são base para a condução de anos de austeridade futura, enquanto permitem indiretamente que os credores privados e multilaterais não participantes sejam pagos. O aspecto voluntário do DSSI significa que o alívio do serviço da dívida é parcial e favorável aos credores não participantes, assim o acordo é selado em termos caros

e muito inferior ao necessário. O Quadro Comum sobre Tratamentos da Dívida criado em novembro de 2020 para abordar a reestruturação reflete essas conhecidas falhas institucionais.

> Uma arquitetura de dívida internacional enviesada

A pandemia evidencia a bem conhecida incapacidade da arquitetura da dívida internacional existente de administrar todo o universo de credores, prevenir problemas de ação coletiva, garantir equidade entre credores e, o mais importante, assegurar que as dificuldades de pagamento da dívida sejam tratadas com rapidez, transparência, independência e de forma abrangente de modo a minimizar o impacto sobre as populações de países em crise da dívida. É fundamental lembrar que a abordagem existente é o resultado de tentativas persistentes por parte dos credores de administrar a crise da dívida de acordo com seus interesses, recusando repetidamente propostas e tentativas de tratá-la segundo os moldes solicitados pelos países de baixa e média renda. Elementos centrais desse sistema são os programas de austeridade do Banco Mundial e do FMI, que normalmente resultam em impactos negativos sobre os direitos humanos e apostam em um processo de aprovação de empréstimos que rotula as dívidas como “sustentáveis”, exacerbando assim os encargos da dívida, subestimando a escala do problema e minando o alívio tão necessário. Todo esse tempo, enquanto os sinos do estímulo contínuo soam alto em certos países de alta renda, a resposta aos problemas da dívida global baseia-se na suposição de que o crescimento retornará aos níveis pré-pandêmicos e que os países abraçarão uma “nova pandemia”, agora cunho econômica, ligada a austeridade fiscal após um período gastos deficitários transitórios, abandonando o investimento e os gastos sociais necessários para reduzir as despesas do governo.

Nós sabemos que a condicionalidade e a austeridade impostas pelo FMI pioram os prospectos de crescimento, possuem impacto devastador sobre a saúde, a desigualdade e a pobreza, e resultam em um histórico ruim de pagamento de dívidas. Na medida em que isso reproduz infraestruturas socioeconômicas subfinanciadas e enfraquecidas, também reforça a falta de legitimidade que essas instituições enfrentam. Mais uma vez, a resposta a tudo isso demonstra que processos institucionais reforçam elementos históricos de integração na economia internacional. O processo de aprovação de empréstimos é sintomático da desigualdade de poder entre devedores e credores, o que evidencia a política de conhecimento prévio de quem decide o que pode e o que não pode ser pago. Isso permite aos credores priorizarem o custo da reestruturação da dívida sobre a falta de reestruturação da dívida para aliviar a situação dos devedores. ■

Contato com Christina Laskaridis <christina.laskaridis@open.ac.uk>

> Os desafios para reduzir a pobreza e as desigualdades na África

por **Luckystar Miyandazi**, Especialista de Programa, Inspectores Fiscais Sem Fronteiras e Coordenadora pela África, Centro do Setor Financeiro da África UNDP, África do Sul

Mesmo antes da pandemia de coronavírus atingir o mundo em março de 2020, as desigualdades globais medidas pela maior parte dos indicadores estavam aumentando há décadas. A pandemia de COVID-19 e suas consequências sem precedentes em quase todas as áreas da vida, como conhecíamos, apenas exacerbou ainda mais esses aspectos multidimensionais da desigualdade em razão das diferenças de nacionalidade, idade, gênero, raça, nacionalidade ou origem étnica, religião, situação econômica e outras dimensões.

> O retrocesso na pobreza e desigualdade

Apesar das taxas de prevalência e mortalidade de COVID-19 ainda serem baixas na África, atualmente o continente enfrenta o desafio de se recuperar da grave crise da dívida e financeira acentuada pela pandemia. Isso está particularmente solapando os esforços anteriores da África em direção à realização dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em áreas como a melhoria dos cuidados de saúde, acesso a alimentos e educação. Ainda mais importante, isso prejudica o reconhecimento de que os ODS, adotados por todos os estados membros das Nações Unidas em 2015, no sentido de acabar com a pobreza, requerem reduzir a desigualdade. Em âmbito continental, as aspirações da África acerca da Agenda 2063 – visão transformadora a longo prazo do continente para promover o crescimento e desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo – também dão prioridade ao fim da pobreza e da desigualdade. Assim sendo, a desigualdade está intimamente ligada ao desenvolvimento e ao crescimento econômico e se tornou uma questão política importante em todo o mundo.

Infelizmente, um relatório das Nações Unidas prevê que a África Subsaariana terá o maior aumento da pobreza extrema em 2020, com mais 26 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza internacional por causa da pandemia. Essa cifra retorna a África Subsaariana aos níveis de pobreza de 2015, em outros termos, implicando

em uma perda de 5 anos de progresso na região. Desse modo, agora mais do que nunca, é crucial que a África foque em melhorar a vida dos mais pobres e marginalizados por meio da criação de uma sociedade sustentável, justa e equitativa em todos os aspectos da vida.

Para muitos países africanos, a desigualdade econômica – a distribuição desigual de renda e oportunidades entre os diferentes grupos da sociedade – é mais preocupante. Mesmo os países africanos com maiores Produtos Internos Brutos (PIB), como Nigéria, África do Sul, Egito, Argélia, Marrocos e Angola, apresentam alguns dos mais elevados níveis de pobreza e desigualdade.

Os países africanos enfrentam ainda mais dois desafios ao tentar reduzir a desigualdade e investir no crescimento e no desenvolvimento: os fluxos financeiros ilícitos (FFIs) e a crescente crise da dívida.

> Os fluxos financeiros ilícitos

Os FFIs são dinheiro ganho, transferido ou utilizado ilegalmente por meio de certas atividades comerciais, tais como ocultar os verdadeiros proprietários de empresas por meio de empresas de fachada ilegais; atividades do crime organizado, como caça ilegal, tráfico de drogas, armas e pessoas, furto de petróleo e minerais; e práticas corruptas que desempenham um papel fundamental na facilitação desses fluxos de saída. Corporações multinacionais ricas, paraísos fiscais e indivíduos são responsáveis pela maioria dos FFIs dos países mais pobres do mundo. Há uma maior concentração de FFIs em certos setores, notavelmente nas indústrias extrativas e de mineração, que tendem a acabar em países desenvolvidos ricos e parceiros comerciais da África. Se olharmos para as duas últimas décadas, perceberemos como infundáveis escândalos relacionados a impostos como Luanda Leaks, Mauritius Leaks, Lux Leaks, Swiss Leaks, Panama Papers e Paradise Papers, entre outros, expuseram a questão dos FFIs e levantaram preocupações públicas e políticas sobre como lidar com eles.

>>

“Os fluxos financeiros ilegais, portanto, não são um ‘crime sem vítimas’ – eles prejudicam indivíduos e a sociedade”

As informações disponíveis da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) mostram que a África está perdendo cerca de US \$ 88,6 bilhões – ou o equivalente a 3,7% de seu PIB ao ano – por meio de FFIs. Essas saídas quase se equiparam às entradas anuais totais combinadas de ajuda oficial ao desenvolvimento e investimento estrangeiro direto recebido pelos países africanos. Isso revela um potencial da África, no sentido de prescindir da ajuda externa, caso consiga recuperar o dinheiro perdido com os FFIs para investir no desenvolvimento do continente.

Esse é um dinheiro que continente que já sofre de falta de receitas perde. Os FFIs, portanto, não são um “crime sem vítimas” – eles prejudicam indivíduos e sociedade. Do mesmo modo, impactam notavelmente o desenvolvimento, pois desempenham um papel importante no aumento do grau de desigualdade socioeconômica na África e globalmente ao retirar dinheiro necessário para saúde, educação, infraestrutura e outros bens e serviços públicos.

> O crescimento da dívida

A África também enfrenta uma crise financeira iminente causada por problemas crescentes de dívida devido a empréstimos com credores externos públicos e privados. Por conta da COVID-19, alguns países africanos solicitaram o cancelamento e o alívio da dívida para ajudá-los a se recuperar dos devastadores efeitos econômicos e de saúde decorrentes da pandemia.

Entretanto, por exemplo, para um país sem litoral e rico em recursos como a Zâmbia, que só alcançou o status de renda média-baixa em 2011, o peso do espiral da dívida externa e o recente default em seu pagamento são atribuídos por alguns de seus cidadãos à má gestão, corrupção, falta de transparência e respostas políticas deficientes das elites políticas que só contribuem para alimentar as taxas de pobreza e desigualdade. Em 2020, a Zâmbia se tornou a primeira nação africana a deixar de pagar sua dívida de \$ 42,5 milhões em Eurobônus. A Zâmbia tem lutado para manter os pagamentos da dívida externa a outros governos, como o da China, a instituições multilaterais e a credores privados externos, incluindo empréstimos e obrigações. A COVID-19, dentre

outras coisas, exacerbou a crise humana e econômica ao sobrecarregar o sistema de saúde. Setores-chave da economia, como mineração, agricultura e turismo, foram adversamente afetados pela pandemia, levando à perda de empregos e altas taxas de desemprego. O espaço fiscal para implementar medidas que poderiam levar a mais investimentos em redes de seguridade social é limitado graças ao endividamento e aos múltiplos incentivos fiscais dados às multinacionais.

> A necessidade de políticas fiscais para os pobres

A mobilização de recursos domésticos (MRD) por meio de impostos e políticas fiscais nacionais favoráveis aos mais pobres pode desempenhar um papel fundamental na redução da desigualdade econômica em muitas sociedades africanas e também globalmente.

A tributação desempenha um papel muito importante e pode influenciar na igualdade, por exemplo, ao aumentar a receita, pode-se então despender recursos com fornecimento de bens e serviços públicos necessários, como educação e saúde pública. Impostos progressivos podem ser usados como meio de redistribuição de renda, riqueza e maximização do bem-estar social, reduzindo assim as disparidades econômicas. Os impostos podem ser um poderoso instrumento social que desempenha um papel significativo na regulamentação de escolhas e comportamentos, com implicações nos resultados de saúde, igualdade de gênero e meio ambiente. Os impostos também são uma ferramenta importante para representação e prestação de contas, pois a aplicação de uma melhor alocação de impostos para financiar os serviços públicos pode beneficiar particularmente os pobres.

Obviamente, o imposto é um recurso essencial para o sucesso no desenvolvimento de objetivos e pode desempenhar um papel fundamental na redução da desigualdade na África e globalmente. Assim, a função do imposto não deve ser entendida como unidimensional; ele vai além de apenas financiar a resposta e a recuperação da pandemia e chega até a construção de sociedades mais justas e equitativas. ■

Contato com Luckystar Miyandazi <AzreeStar@gmail.com>

> Desastres gêmeos na Índia

– uma agenda inacabada

por **E. Venkat Ramnaya** e **Viha Emandi**, Youth for Action, Índia



As consequências dos desastres ambientais afetam principalmente aqueles que já sofrem desproporcionalmente com a pandemia. Por exemplo, o Hospital Geral Osmania de Hyderabad, para pacientes com coronavírus, na Índia, foi inundado em 2020 devido às fortes chuvas.

Crédito: Twitter

Se e quando a pandemia abrandar, a vida ainda estará longe do normal. As perdas humanas, de meios de subsistência e propriedades serão enormes, como ficou comprovado na Índia, quando as pessoas enfrentaram os “desastres gêmeos”, o da COVID-19 e das enchentes. Em 2020, no meio da COVID-19, a Índia enfrentou a fúria da natureza quando fortes chuvas e ciclones ocorreram em diversos estados da Índia, resultando em perda de meios de subsistência, safras e vidas humanas. Isso tudo multiplicou os impactos sobre milhões de migrantes que regressaram a suas aldeias em meio à pandemia e que não conseguiram se sustentar. As operações de socorro do governo e de organizações da sociedade civil não foram adequadas para lidar com esses gigantescos desastres gêmeos. A natureza finalmente puxou o tapete debaixo dos nossos pés. A COVID-19 é, sem sombra de dúvida, uma catástrofe de saúde pública e clama por um maior investimento na saúde pública. Porém, fundamentalmente, a pandemia reflete o desequilíbrio ecológico. As evidências se acumularam de que a perda de biodiversidade e as crescentes incursões humanas no mundo natural têm contribuído fortemente para o surto e disseminação de doenças epidêmicas como a COVID-19. Compreender a ecologia e avaliar as mudanças ambientais será a

chave para identificar potenciais futuras pandemias. A COVID-19 ainda reforça a necessidade de dar uma atenção bem maior às biociências que apoiam a agricultura, a saúde e o meio ambiente.

> O lockdown pandêmico e a migração reversa

Na Índia, as comunidades vulneráveis de migrantes, principalmente as mulheres e crianças, tiveram de enfrentar muitos tipos de estresses psicológicos e econômicos. Sabe-se que a maior parte das mulheres trabalha no setor informal da economia e quando ocorreu a migração reversa, um grande número de mulheres não conseguiu encontrar emprego em sua aldeia, uma vez que haviam voltado das cidades por conta do lockdown. Isso contribuiu para a depressão, desesperança e incerteza econômica das mulheres. No mesmo período, registrou-se um aumento de 100% nas denúncias de violência doméstica, enquanto as mulheres não conseguiam obter assistência social de instituições sociais. O contato limitado com pais e irmãos graças ao acesso marginal a smartphones e à indisponibilidade de suporte formal contribuiu para aumentar a ansiedade e o comportamento suicida entre as mulheres. Um enorme número de meninas adolescentes e mulheres jovens ligou para o 1098, uma linha de ajuda e centro de apoio infantil para proteção

>>

contra abuso físico e mental. As instituições de saúde não podiam cuidar de outros problemas que não fossem a COVID-19 e as mulheres pobres tinham que contar com seus próprios recursos, gastando assim enormes somas de dinheiro no tratamento da COVID e no parto. A desnutrição entre mulheres e crianças cresceu de forma desenfreada, pois a ajuda do governo não foi adequada e o fechamento de escolas significou que as crianças deixaram de receber a refeição do meio-dia. Com a falta de emprego levando à depleção das parcas economias domésticas reservadas à sobrevivência, a fome parcial das famílias foi visível.

> As inundações

Mesmo nas áreas urbanas como a da cidade de Hyderabad, a população vulnerável das favelas e pequenos assentamentos teve de abandonar suas casas quando a enchente as invadiu. Muitas dessas comunidades pobres perderam utensílios domésticos e laborais e tiveram de se mudar temporariamente para novos locais e passaram por um grande estresse físico, psicológico e econômico. As inundações são o resultado de um planejamento deficiente acerca da construção de canais de drenagem e piscinões, reduzindo ainda mais a capacidade de suporte do ambiente urbano. Ademais, a série de ciclones e inundações que ocorreram na Índia de 2014 em diante é o resultado de emissões antrópicas não apenas na Índia, mas também em outras partes do mundo, assim como de atividades de desenvolvimento não planejadas no país. A exemplo disso, temos as enormes inundações do rio Kosi, no estado oriental de Bihar, em agosto de 2014, que foram o resultado de fortes chuvas no Nepal, onde o rio se origina, e da liberação de 28 lakh cusecs de água nesse local. A inundação resultante das barragens de Kosi afetou cerca de 225.000 pessoas, que perderam vidas, colheitas, gado ou propriedades.

> Os governos têm de agir

Chegou o momento de os formuladores de políticas despertarem para a situação das mudanças climáticas e trabalharem coletivamente para a restauração da ecologia e do meio ambiente. Estamos esperançosos de que os EUA tenham um novo compromisso com isso sob a liderança do presidente Biden. Durante a décima quinta cúpula do

G-20 em novembro de 2020, o primeiro-ministro indiano pediu um novo índice global para o mundo pós-COVID, que iria incorporar uma forte ênfase no respeito à natureza com o espírito de tutela a “Mãe Terra”. Outro elemento seria a criação de um amplo processo de identificação de talentos, garantindo que a tecnologia chegasse a todos os segmentos da sociedade e, mais importante, que contribuísse para a “transparência na governança”. O estabelecimento da Coalizão para Infraestrutura Resiliente a Desastres (CDRI, sigla em inglês), que conta com 18 países e quatro organizações internacionais como membros, dará atenção – que até o momento não recebeu – aos danos à infraestrutura durante desastres naturais. Ela será especialmente importante para salvar vidas e meios de subsistência em países mais pobres afetados desproporcionalmente por desastres.

As políticas globais podem levar um certo tempo, mas o caminho que a Índia tem à frente deve ser o de redefinir o conceito de “linha de pobreza” e trabalhar para atingir um “índice de empoderamento”. O índice de empoderamento incluiria o cumprimento de oito necessidades básicas fundamentais: saúde, saneamento, habitação, nutrição básica, energia limpa, educação, água potável e seguridade social. O setor corporativo deve apoiar o governo a satisfazer essas necessidades básicas; ao invés de correr para ganhar contratos para o desenvolvimento de vacinas, as empresas devem trabalhar para o desenvolvimento sustentável a fim de produzir resultados qualitativos de tal sorte que o acesso à vacina possa ser “o direito primordial” da população vulnerável. Os fundos de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) devem ser utilizados para aprimorar a infraestrutura da saúde, o acesso a vacinas e a adoção de atividades de mitigação da COVID-19 e das mudanças climáticas. O governo indiano deve aumentar seu orçamento da saúde do atual 1% para pelo menos 5% do PIB com o intuito de atender aos desafios de saúde pós-COVID-19. Nas próprias palavras das mulheres membros dos grupos de autoajuda com os quais nossa organização trabalha, o governo deve fornecer a elas “um lugar seguro para viver, melhor acesso às necessidades básicas e iniciar medidas de contingência para atender às suas necessidades fundamentais imediatas”. ■

Contato com:
E. Venkat Ramnaya <vedvon@yahoo.co.in>
Viha Emandi <viha.emandi@gmail.com>

> A economia fundacional

como chave para a renovação social

por **Julie Froud**, Universidade de Manchester, Reino Unido, pelo Coletivo de economia fundacional



A gratidão para com os chamados “trabalhadores essenciais” foi frequentemente expressa durante a crise pandêmica, embora seja evidente que a maioria deles é mal remunerada e está trabalhando em situações precárias, além de estar exposta a novos riscos relacionados ao trabalho da COVID-19.

Crédito: [Flickr/Creative Commons](#).

A atual pandemia fornece um forte lembrete sobre a importância da economia fundacional – isto é, os bens e serviços consumidos diariamente que tornam possível uma vida segura e civilizada. Isso inclui as infraestruturas de rede de cabos e de dutos que fornecem serviços públicos, comunicações, transporte e abastecimento alimentício, bem como os providenciais¹ serviços de saúde, cuidados, educação e suporte de renda². Existe uma tendência para tomá-los como garantidos, subestimando tanto os serviços quanto os trabalhadores que os fornecem, até que uma interrupção grave crie inconvenientes ou grandes ameaças. Durante a COVID-19, muitos cidadãos notaram que os sistemas de distribuição alimentícios são precários, da mesma forma como uma interrupção do fornecimento de energia ou uma seca nos lembram da nossa contínua dependência de eletricidade ou água. A pandemia nos deu o termo “trabalhadores-chave” ou “trabalhadores essenciais”, aquelas pessoas que continuaram a “ir trabalhar” durante a crise para garantir que as infraestruturas cotidianas sejam mantidas. Simultaneamente, percebe-se que muitos desses trabalhadores essenciais são mal remunerados e trabalham em situação precária, além de estarem expostos aos novos riscos laborais da COVID-19.

Além desse lembrete oportuno da natureza crítica da economia fundacional, a crise realça a importância da organização coletiva, da provisão e, em certos casos, do consumo. Mesmo aqueles com alta renda ainda são dependentes da qualidade dos sistemas de transporte ou tratamentos intensivos nos hospitais; uma alta renda privada não garante um bom sinal de Wi-Fi, tampouco ar puro ou parques públicos de boa qualidade. De modo semelhante, a nossa segurança individual depende da qualidade e da extensão dos serviços de saúde em todo o mundo durante uma pandemia. Tudo isso reforça os limites das medidas padrões de progresso econômico (como o PIB per capita), que falham em captar a extensão de diferentes tipos de valores que contribuem para uma vida boa e muitas vezes não recompensam adequadamente aqueles que realizam trabalhos essenciais.

>>

> Renovando o provisionamento e a infraestrutura

Reconhecer a importância desses serviços materiais e providenciais exige um pensamento claro sobre a oportunidade oferecida pelo atual momento. Em suma, há um desafio duplo para assegurar um melhor bem-estar das gerações atuais e futuras por meio de uma política e de um foco político na economia fundacional. As deficiências na provisão de serviços básicos foram expostas em muitos países antes mesmo da COVID-19 atacar, por meio de várias combinações de subinvestimento, privatização, mercantilização e financeirização. Infraestrutura que está literalmente ruindo, cuidados subfinanciados em sociedades com populações mais idosas, “desertos alimentares” onde os cidadãos não podem acessar facilmente alimentos frescos de boa qualidade: todos esses são exemplos de falhas na provisão básica, em que melhorias aumentariam o bem-estar dos cidadãos.

Em inúmeros casos, a renovação fundacional para o bem-estar das gerações atuais requer recursos financeiros adicionais para o financiamento da receita e capital. Mesmo em países de alta renda como a Alemanha, a deterioração das infraestruturas de transporte e educação tem sido objeto de [intensos debates](#). Entretanto, o investimento por si só não resolverá os problemas que também são consequência da forma como os serviços são organizados e fornecidos, o que significa que a renovação também precisa abranger a reforma do que são frequentemente modelos de negócios disfuncionais. Por exemplo, um sistema de cuidados de saúde subfinanciado requer mais recursos para atender às necessidades sociais e médicas de um grupo crescente de pessoas mais velhas ou vulneráveis. Contudo, se os prestadores de cuidados forem empregados pelo capital privado ou por outras formas extrativistas, recursos adicionais podem ser direcionados para lucros maiores e não para a contratação de mais trabalhadores ou a melhoria do atendimento. Ou então, se o atendimento for organizado por grandes burocracias e contar com pouca contribuição dos destinatários, recursos adicionais devem ser combinados com reformas para encontrar a provisão e dar mais voz às partes interessadas.

Juntamente com a melhoria dos serviços para os cidadãos por meio da reconstrução de infraestruturas e serviços, o desafio político da renovação fundacional inclui enfrentar as crises climáticas e naturais para também proporcionar o bem-estar às gerações futuras³. Por exemplo, cumprir as metas de emissões líquidas zero exigirá contribuições significativas de atividades econômicas fundamentais, como habitação, transporte

e alimentação⁴. Na medida em que essas atividades são essenciais, as reduções de emissões resultarão não a partir da abstenção, mas de mudanças na produção e no consumo, estimuladas por novas regulamentações e mudanças de comportamento. Isso pode incluir diferentes técnicas de construção e renovação de edifícios existentes para torná-los energeticamente mais eficientes, mudanças na composição dos alimentos consumidos e substituição de veículos privados por viagens e transporte públicos ativos.

> Um papel claro para o Estado

Existe um papel claro para o estado nesses processos de renovação. Não é o caso apenas de muitos serviços básicos serem fornecidos e/ou financiados pelo Estado em algum nível, mas o de que cidadania social, possibilitada pelo acesso a essas infraestruturas da vida cotidiana, requer um estado que seja responsável e responsivo. Diversas infraestruturas básicas originais, como sistemas de água e esgoto, redes elétricas ou hospitais públicos, foram entregues mediante um planejamento e uma engenharia de base vertical, de cima para baixo. A renovação e provisão de novas infraestruturas também necessitam proporcionar um papel muito mais forte para a participação cidadã, sobretudo quando há de se escolher alguma coisa em detrimento de outra (como lidar com as mudanças climáticas ou trabalhar com os orçamentos) ou onde a experiência comunitária e as organizações locais já entendem como melhorar os resultados sociais, como na saúde pública.

A renovação da economia fundacional também é uma pré-condição importante para outras políticas de promoção da renda básica universal ou dos serviços básicos universais. Simplesmente dar dinheiro aos cidadãos não garantirá o bem-estar, uma vez que a qualidade de vida depende do acesso a serviços prestados coletivamente, tais como saúde, banda larga, habitação social, transporte público integrado e acessível e espaços verdes. Se é para haver um legado significativo da pandemia, ele deveria incluir uma renovação da economia fundacional, capaz de aumentar a qualidade de vida atual de uma forma social e ecologicamente sustentável. ■

Contato com Julie Froud <julie.froud@manchester.ac.uk>

1. O termo providencial é usado aqui no sentido de providente, prover as necessidades futuras. O termo ecoa as sociedades providenciais, que foram estabelecidas para permitir que as pessoas economizassem para pagar as despesas com doenças, etc. no futuro. O termo abrange serviços públicos e de assistência social.
2. Para mais informações, acessar: <https://foundationaleconomy.com/introduction/>.
3. Para mais informações, acessar: <https://foundationaleconomy.com.files.wordpress.com/2021/01/fe-wp8-meeting-social-needs-on-a-damaged-planet.pdf>.
4. Por exemplo, o Instituto Estocolmo estima que 59% da pegada ecológica do País de Gales pode ser atribuída ao consumo de alimentos (28%), habitação (20%) e transporte (11%) <https://gov.wales/sites/default/files/publications/2019-04/ecological-and-carbon-footprint-of-wales-report.pdf>.

> Economias ajustáveis ao futuro e o Estado

por **Andreas Novy** e **Richard Bärnthaler**, Universidade de Economia e Negócios de Viena, Áustria

É amplamente sabido que nós estamos vivendo em tempos de profunda turbulência. A questão não é mais se mudanças profundas ocorrerão no século XXI, mas como essas transformações acontecerão – de forma caótica, como estamos experimentando atualmente ao lidar com a pandemia, ou de forma coletiva. Esta última depende de dois pré-requisitos: repensar a economia e fortalecer as instituições públicas e democráticas.

> Os limites do pensamento econômico do século XX

Ao longo das últimas décadas, o pensamento liberal de mercado, já dominante no século XIX, passou por um renascimento. Normalmente criticado como neoliberalismo, ele permeou o pensamento político e a ação para muito além das formulações políticas de direita. Os pontos fortes do mercado de aumentar a (eco)eficiência e otimizar a alocação dos recursos escassos se tornaram um dogma, disciplinando o mainstream na UE e nos EUA. Entretanto, otimizar os mercados não será suficiente para nos manter dentro das fronteiras planetárias – não apenas porque o crescimento verde (que, na ausência e dissociação absoluta entre crescimento econômico e pressão ambiental, na verdade não é nada verde) tende a compensar os ganhos de eficiência com aumento do consumo, mas também porque o liberalismo de mercado ignora rotinas, práticas e hábitos insustentáveis predominantes. Esse pensamento abarca a crença quase religiosa no poder de consumidores racionais e bem informados de “resolver” a crise climática por meio de escolhas individuais de mercado. Tal prioridade dada às soluções de mercado não apenas reforça o acesso desigual ao consumo, mas também é uma ameaça à democracia. No liberalismo de mercado, o estado não é fraco nem se restringe ao *laissez-faire*, mas tem um forte mandato para fazer cumprir contratos e proteger os direitos de propriedade privada. Entretanto, em um mundo no qual os direitos de propriedade estão concentrados nas corporações comerciais, o estado liberal de mercado engendrou novas estruturas de poder, não democráticas e altamente desiguais. As corporações multinacionais se tornaram as tomadoras de decisões e criadoras das regras globais, sendo elas capazes de externalizar os custos para a sociedade e o meio ambiente e traduzir essa externalização em valor para os acionistas privados.

Após a Segunda Guerra Mundial, tanto no Norte Global quanto nos estados desenvolvimentistas do Sul Global, emergiu um “consenso pós-guerra” baseado no capitalismo de bem-estar. O fornecimento de infraestrutura foi considerado uma tarefa fundamental para as autoridades públicas: do acesso à saúde e educação à significativa municipalização ou nacionalização do provisionamento de energia, habitação e mobilidade. Todo um enorme repertório de instrumentos – intervenções macroeconômicas, limites ao escopo dos mercados e medidas redistributivas – resultou em instituições econômicas plurais, permitindo a prosperidade na Europa Ocidental e na América do Norte, bem como o desenvolvimento nacional no Sul Global. Ainda que no final do século XX, esse consenso econômico tenha sofrido sérios reveses na academia e na formulação de políticas, ele recuperou sua influência após a grande crise financeira de 2008. A versão do capitalismo de bem-estar do século XXI reflete uma abordagem pragmática da transformação socioecológica, promovendo a modernização ecológica e reconhecendo um papel mais ativo do Estado na inovação e nas políticas industriais, mas ignora como os imperativos de lucro e crescimento e o consumismo estruturam as próprias formas que produzimos e vivemos. Como resultado, a desigualdade permanece alta e a catástrofe climática se intensifica. Ademais, a efetividade do “estado regulamentado e de bem-estar” territorialmente organizado foi enfraquecida por uma economia crescentemente desterritorializada, permitindo que as corporações multinacionais evitem a legislação nacional e concentrem riqueza.

> Um enquadramento emergente

Dada a escalada da crise, uma terceira corrente de pensamento econômico incipiente surgiu. Ele considera ideias de Marx, Keynes, Braudel, economia feminista e o Coletivo de economia fundacional para distinguir entre: (i) as zonas econômicas básicas das atividades cotidianas, incluindo o abastecimento existencial e local, bem como o trabalho de cuidado não remunerado; (ii) a economia de mercado que cria valor, abrangendo provisões locais não essenciais e atividades orientadas para a exportação; e (iii) a economia rentista de captação de valor. O entendimento de Karl Polanyi da economia como um sistema que organiza os meios de subsistência é mais adequada para enfrentar os desafios da transformação socioecológica, enfatizando a necessidade de expandir e fortalecer a economia básica (prioridade máxima), bem como provisão

“Estratégias eficazes para fortalecer uma economia ajustada ao futuro demandam a busca de formas territorializadas interconectadas de autodeterminação pela capacitação de uma diversidade de espaços de políticas entrelaçados, mas adequados, por meio de desglobalização”

local não essencial (segunda prioridade), converter a economia de mercado voltada para a exportação e reduzir a economia rentista.

Embora reconheça que uma vida boa para todos dentro das fronteiras planetárias só possa ser realizada por meio de uma transição para modos de produção e vida pós-capitalistas, essa abordagem carece de uma estratégia sobre como introduzir as mudanças necessárias de forma democrática. Alguns proponentes tendem a rejeitar o estado e privilegiar os movimentos de base e o ativismo da sociedade civil, reforçando assim o antiestatismo liberal de mercado e o fatalismo político e, ainda, associando as elaborações políticas “pós-políticas” dominantes das últimas décadas com a agência estatal em geral. Contudo, a ascensão de inúmeros governos autoritários demonstra o poder potencial das instituições estatais. Ainda que nenhum deles, quer seja o Brasil contemporâneo, a Índia ou a China, sejam modelos, eles mostram as potencialidades inerentes ao estado como entidade jurisdicional fronteiriça com soberania territorializada: seja o município-estado, o Estado-nação ou o Estado Europeu. Ignorar o potencial que repousa sobre os monopólios dos estados acerca da criação de regras legítimas não é apenas ingênuo e perigoso, mas é, sobretudo, permanecer preso a ideias estreitas às custas de potenciais projetos contra-hegemônicos.

> A necessidade de instituições estatais não capitalistas

Estratégias eficazes para fortalecer uma economia ajustada ao futuro demandam a busca de formas territorializadas interconectadas de autodeterminação pela capacitação de uma diversidade de espaços de políticas entrelaçados, mas adequados, por meio de desglobalização econômica seletiva – por exemplo, a cidade, região, nação e além. Os Estados, ao exercerem sua função de governar um território por intermédio de instituições públicas e democráticas, não devem ser reduzidos ao Estado-nação, nem a burocracias centralizadas. As formas inovadoras de Estado terão de ser mais descentralizadas, capacitando e protegendo instituições intermediárias, assim como esferas autogeridas não mercantilizadas de trabalho e da vida. Todavia, uma economia política crítica reforçou os limites de tal agência estatal progressista no capitalismo, insistindo que o estado no capitalismo é um estado capitalista.

Nós concordamos que as instituições públicas e democráticas de Estado só podem florescer em sistemas econômicos pós-capitalistas. Entretanto, como zonas não capitalistas sempre existiram *no interior* do capitalismo, instituições estatais não capitalistas também podem existir dentro do capitalismo: sejam cooperativas, empresas municipais ou sistemas públicos de previdência. E como o capitalismo depende de zonas econômicas básicas (especialmente cuidados e infraestruturas), as instituições estatais não capitalistas sustentam a legitimidade e eficácia do capitalismo. Porque o capitalismo depende de sua própria negação, a agência estatal pode fortalecer as zonas econômicas básicas que possibilitem uma vida civilizada para todos os habitantes. O acesso inclusivo a sistemas de provisão coletiva acessíveis (cuidados, saúde, educação, habitação, mobilidade) pode ser combinado com a exclusão de opções insustentáveis (por exemplo, a proibição de voos de curta distância) e o direcionamento de investimentos em atividades econômicas sustentáveis (por exemplo, através de subsídios, investimento direto, tributação, licenças sociais, programas de reciclagem pessoal) para garantir a universalização socioecológica. A curto prazo, essa é uma estratégia viável para superar o neoliberalismo, fortalecer formas de estado verdes e não capitalistas dentro do capitalismo.

A longo prazo, entretanto, dentro das fronteiras planetárias, o modo de produção capitalista permanece incompatível com uma vida boa para todos. Por isso, para superar o capitalismo, novas formas de Estado devem evoluir em torno do desenvolvimento de esferas desmercantilizadas *para além* de sua funcionalidade para a reprodução do capital. Isso poderia constituir relações transformadas entre a sociedade civil e o Estado, nas quais os investimentos e a operação de provisionamento de infraestrutura se tornem mais socializados e a dependência da renda do mercado de trabalho seja reduzida. A promoção do bem-estar iria resultar em mais tempo livre ao invés de aumento de salários, o acesso a bens públicos seria favorecido em vez de possuir bens privados, reduzir os custos de vida (por exemplo, relativos à infraestrutura pública acessível e habitação) seria priorizado no lugar de aumentá-los. ■

Contato com:
Andreas Novy <Andreas.novy@wu.ac.at>
Richard Bärnthaler <richard.baerenthaler@wu.ac.at>

> A COVID-19: novas articulações do Estado e da economia

por **Bob Jessop**, Universidade de Lancaster, Reino Unido

O significado da pandemia de COVID-19 ainda está se revelando. Até que o vírus seja controlado, se não eliminado, não saberemos totalmente quais respostas funcionaram bem. Porém, já está claro que alguns países têm sido mais bem-sucedidos no controle dos casos e na redução de mortes excessivas por qualquer causa. Também está claro que a pandemia produziu uma nova razão para a intervenção estatal orientada para a ajuda mútua, assim como para apoiar as empresas privadas. Este artigo aborda esse aspecto da pandemia. Este artigo aborda esse aspecto da pandemia.

A pandemia pode ser considerada uma crise global. As crises tendem a abalar visões de mundo aceitas e como “continuar” nele, questionando paradigmas teóricos e políticos, bem como rotinas cotidianas. Apesar de as pandemias serem reconhecidas há muito tempo como uma ameaça potencial, a crise da COVID-19 foi inicialmente interpretada como um choque exógeno e acidental que ameaça a humanidade. Isso refletiu nos discursos biopolíticos de segurança para proteger a população e nos discursos militantes dirigidos contra ameaças internas (por exemplo, trabalhadores migrantes e população cigana). Contudo, de modo adverso, a crise da pandemia pode ser rastreada até a agricultura capitalizada invadindo o mundo natural e criando condições para que as doenças passem dos animais para os humanos. A difusão da COVID-19 também reflete o comércio global e as viagens internacionais, mediante a facilitação da circulação entre países e continentes. Entretanto, a incidência da pandemia é desigual: diferentes regimes políticos interpretam-na de modo divergente, priorizando a segurança biopolítica, a defesa contra os inimigos internos ou a riqueza sobre a saúde.

> Explicando a fraca resposta do Reino Unido

Este artigo foca a Europa e a América do Norte, onde os fracos desempenhos podem ser atribuídos a uma estratégia para subordinar a política de forma mais direta e duradoura aos “imperativos” da “globalização”, conforme a interpretação do discurso neoliberal. Tal estratégia promove a “precariedade” da sociedade como ferramenta

disciplinar para reforçar a financeirização do cotidiano, sendo acompanhada de uma crescente desigualdade de riqueza e maior estratificação dentro das classes. Tudo isso também acelera a passagem dos estados de bem-estar com direitos de cidadania compartilhados para um regime de trabalho coercitivo, aumentando, especialmente nos EUA, as chances de prisão. O neoliberalismo privilegia as forças do mercado e usa o poder do Estado para expandi-las. Opostamente, a COVID-19 privilegia o estado como um ator-chave, as parcerias público-privadas, a solidariedade incondicional (ajuda mútua), e ressuscita a sociedade solidária.

O Reino Unido é um regime político neoliberal que estava mal preparado para a pandemia em termos de seu conjunto organizacionalmente fragmentado, descentralizado e mal coordenado de entidades públicas e privadas. O Governo também se distraiu com a necessidade de implementar o Brexit e com um novo primeiro-ministro preocupado com a avaliação da sua opinião pública. Dito isso, o sistema de saúde britânico estava mal preparado para a pandemia. O gasto com saúde per capita foi reduzido a um crescimento médio de 1,2% de 2009 a 2018, cifra que não acompanhou o aumento das necessidades de saúde. Há escassez de mais de 40.000 enfermeiras, 2.500 clínicos gerais e 9.000 médicos hospitalares, assim como um déficit de equipamentos de terapia intensiva.

Os governos anteriores prepararam uma estratégia para pandemia baseada em um projeto tecnocrático que não refletia as más condições da infraestrutura da saúde e assistência social, incluindo a falta de respiradores e equipamentos de proteção individual e a precariedade dos trabalhadores e grupos marginais. Levando em consideração a Estratégia de Preparação para a Pandemia de Influenza de 2011, a política do governo britânico “seguiu a ciência”, conforme apresentou o Grupo de Aconselhamento Científico em Emergências. Essa ciência foi baseada em uma analogia enganosa com epidemias de influenza, criando, dessa maneira, uma expectativa de que o vírus causaria 250.000 mortes extras que seriam tratadas por meio de triagem (permitindo que os idosos morressem, dispersando os doentes para as casas de saúde). Quando a opinião pública rejeitou essa ideia, o

>>

“A pandemia produziu uma nova razão para a intervenção estatal orientada para a ajuda mútua, assim como para apoiar as empresas privadas”

governo tentou achatar a curva do aumento de infecções para retardar a propagação do vírus e, a seguir, impôs estratégias nacionais, mediante relativa delegação. Isso foi seguido pelo estabelecimento de níveis de lockdown, na maior parte, de forma atrasada. Com efeito, baixos valores de auxílio-doença implicam que os financeiramente instáveis continuam a trabalhar, mesmo quando estão doentes. Isso contribuiu para o alto nível de infecção e mortalidade.

O governo não conseguiu estabelecer um sistema de isolamento por teste-rastreamento funcional e, devido à sua obsessão pelo setor privado, não uniu os serviços locais e as agências nacionais para dar uma resposta coerente. Não existe um acompanhamento sistemático de pessoas em isolamento ou quarentena, exceto viajantes retornando de países designados. O teste de coronavírus na comunidade no Reino Unido é realizado fora das estruturas convencionais do Serviço de Saúde Nacional, sem uma boa supervisão médica, como pode ser notado em outros lugares (por exemplo, Alemanha, Irlanda e Coreia do Sul). A política de vacinação, todavia, tem sido bem tratada por meio do serviço de saúde.

O Reino Unido priorizou a riqueza acima da saúde em sua resposta à COVID-19, opção que se mostrou equivocada. Na realidade, proteger a saúde é mais eficaz na defesa da economia. Nos Estados Unidos, Reino Unido, Suécia e Brasil, os governos se recusaram em um primeiro momento a reconhecer a natureza mortal da COVID-19 e a proteger vidas. Manter os (grandes) negócios funcionando

era mais importante. Isso levou a *lockdowns* e medidas de isolamento social tardios, a seguir os *lockdowns* “leves” não suprimiram o vírus; e, depois, os relaxamentos prematuros levaram a um ressurgimento da pandemia.

> O sucesso da ação estatal forte

Apesar de a COVID-19 ser uma pandemia global, há, porém, pouca coordenação de respostas entre políticos e cientistas, que, diga-se de passagem, muitas vezes se opõem. Ao invés disso, as soluções nacionalistas de vacinas e para as pandemias prevalecem nas sociedades capitalistas avançadas e pouco esforço ou dinheiro é gasto na coordenação de uma campanha global de vacinação. Isso é particularmente claro no Norte Global, que aguarda a pandemia afetar o Sul Global. Entretanto, independentemente de um país ser democrático ou autoritário, uma ilha ou continental, confucionista ou budista, comunitário ou individualista, do Leste Asiático, Sudeste Asiático ou Australásia, ele tende a administrar a COVID-19 melhor do que qualquer europeu ou Estado norte-americano. Políticas de COVID zero como as da Nova Zelândia, Cingapura, Vietnã, Taiwan e Austrália, onde ações fortes do estado e medidas de saúde pública funcionaram, são melhores do que políticas de imunidade de rebanho que dependem de mortes toleráveis, aumento gradual de imunidade e/ou amplas políticas de vacinação. Podemos aguardar que os inquéritos pós-COVID-19 criticarão a resposta neoliberal e recomendarão bons investimentos em infraestrutura de cuidados e em uma saúde pública adequada mediante forte apoio para a ação estatal eficaz. ■

Contato com Bob Jessop <b.jessop@lancaster.ac.uk>

> O Leviatã está de volta! O Estado Corona e a sociologia

por Klaus Dörre e Walid Ibrahim, Universidade Friedrich-Schiller de Jena, Alemanha



Centro de vacinação em Erfurt, Alemanha. O lado solidário do “Estado Corona” ou uma medida necessária para a recuperação econômica?
Crédito: Walid Ibrahim.

O Leviatã está de volta! É assim que se poderia resumir o que está acontecendo atualmente em algumas partes do mundo devido à pandemia de Corona. Em sua obra seminal, *Leviatã, ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*, Thomas Hobbes escolheu a analogia de um monstro marinho para expressar a natureza contraditória do Estado moderno. Durante a era do neoliberalismo, parecia que o Leviatã estava recuando. Isso nunca foi realmente verdade, é claro, pois mesmo no Chile apenas um Estado tirânico tornou possível os experimentos radicais de mercado dos Chicago Boys. Não obstante, crítica social sociológica significava, acima de tudo, crítica de mercado. Não foi por acaso que Karl Polanyi se tornou a principal testemunha acadêmica de um duplo movimento que inicialmente resultou em um amplo desentusiasmo dos mercados. Desde a pandemia do coronavírus, o pêndulo oscilou para trás. O Leviatã intervém – como um Estado de emergência para o propósito de combater a pandemia e ao mesmo tempo como um Estado econômico intervencionista que investe trilhões de dólares em países e regiões que podem pagar para proteger e, se necessário, reconstruir a economia.

> Avaliando o Estado Corona

Como esse Estado deve ser avaliado? Os teóricos de sistemas estão irritados, porque descartaram a possibilidade de um ator estatal que intervém efetivamente em todos os subsistemas sociais. Os economistas keynesianos se regozijam porque a dívida do governo é agora o meio de escolha para estimular a economia. Os jornalistas liberais, por outro lado, preocupam-se com os direitos fundamentais que o “Estado Corona” suspenderá durante os inúmeros lockdowns e paralisações. Então, como devemos avaliar esse novo intervencionismo estatal? Como resposta preliminar, arriscamos a tese de que o intervencionismo estatal pode se tornar a parteira de um “capitalismo com uma nova cara”. No entanto, o Estado Corona é um híbrido, pois responde à pandemia e à recessão com duas variantes fundamentalmente diferentes da atividade do Estado que estão apenas vagamente acopladas uma à outra. A COVID-19 está sendo tratada por um Estado de emergência que, por um lado, opera dentro do quadro constitucional e, por outro lado, anula a constituição ao suspender temporariamente os direitos fundamentais. A única legitimação para o

>>

Estado de exceção é a luta contra a pandemia. O Estado impõe regras vinculantes de distanciamento social para prevenir a rápida propagação da doença. Ao fazer isso, está respondendo a uma catástrofe médica; no entanto, à medida que a pandemia se torna mais controlável, ele perderá sua legitimidade. Todas aquelas tendências que certos analistas acolhem no presente Estado de exceção – desaceleração da vida cotidiana, renúncia ao consumo, evitar viagens, tomar tempo para cuidar de si e dos outros – poderiam apenas ser mantidas de forma voluntária após o fim da pandemia. O impulso reconhecível de restaurar uma normalidade pré-COVID-19 dá uma ideia de como essas análises são divorciadas da realidade.

O Estado econômico intervencionista deve ser avaliado de forma diferente. O afastamento gradual da austeridade fiscal, dos orçamentos equilibrados, do “Schwarze Null”¹ e – até agora apenas sugerido – da tributação mais alta sobre grandes ativos e rendas altas, representa um progresso em comparação com o radicalismo de mercado de tempos anteriores. No entanto, o Estado Corona não é garantia de uma transformação socioecológica que atenda aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS). Em termos político-econômicos, anda na corda-bamba, porque mesmo nos países ricos, a dívida pública exorbitante só funciona enquanto os bancos centrais e os mercados financeiros participam e garantem uma política de juros baixos. Isso torna ainda mais grave o fato de que os aparatos de Estado responsáveis são frequentemente caracterizados por uma falta de imaginação na política econômica e industrial. Desmamados do intervencionismo prudente, eles sabem pouco o que fazer com os lucros inesperados dos programas de investimento e reconstrução.

> Os limites da intervenção econômica

Por esta razão, também, não se deve colocar grandes esperanças no efeito ecologicamente sustentável do Estado Corona. O Estado econômico intervencionista visa neutralizar diretamente uma contração da atividade econômica. A legitimidade dos programas de reconstrução financiados pela dívida é medida pelo sucesso do crescimento. Nesse aspecto, o Estado Corona é uma entidade ambivalente. O Estado econômico intervencionista deve servir a sopa que seu irmão gêmeo desigual, o Estado de emergência pandêmica, preparou para ele. Nesse processo, as metas de sustentabilidade ecológica são deixadas de lado.

A mudança climática oferece uma lição prática. Apenas à primeira vista a COVID-19 parece ecologicamente benéfica. Como o *crash* de 2007, o *lockdown* e a crise econômica causam “decrecimento por desastre”. É verdade que a mobilidade restrita e o colapso industrial temporário reduziram as emissões de dióxido de carbono em um grau nunca visto em décadas. Mas com a recuperação da

economia, as emissões aumentaram mais rapidamente do que o esperado. Cálculos da Agência Internacional de Energia (AIE) confirmam queda de 5,8% nas emissões mundiais nos primeiros três meses de 2020; isso equivale às emissões de toda a União Europeia. Mas desde abril de 2020, as emissões globais aumentaram novamente; em dezembro, elas já estavam acima dos níveis do mês comparável do ano anterior. Para atingir o cenário de aquecimento global de 1,5 grau que o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas considera ainda razoavelmente controlável, as emissões globais de gases de efeito estufa teriam que ser reduzidas em uma média de 7,6% ao ano – mas isso teria que ser feito de forma contínua e não como resultado de um lockdown temporário. A AIE teme que a oportunidade histórica mundial de atingir o pico de emissões globais em 2019 esteja sendo desperdiçada. As duras lutas distributivas, que todas as sociedades enfrentam como resultado de altos níveis de dívida e receitas fiscais em declínio, podem exacerbar ainda mais essa tendência.

Por fim, deve-se notar que embora o Estado intervencionista seja um Leviatã, esse monstro pode ter efeitos benéficos. Ele protege sua própria população nacional, colocando a vida humana acima dos interesses econômicos. O outro lado disso, é claro, é que torna a luta contra a pandemia objeto de rivalidades imperiais. Somente aqueles Estados que têm vacinas suficientes e podem rapidamente colocar suas campanhas de vacinação em ação terão a chance de rápida recuperação econômica. Como resultado, uma ameaça à saúde global está sendo combatida com o nacionalismo de vacinas. Apesar de todas as expressões de solidariedade, até a primavera de 2021, 10 países garantiram 76% das vacinas disponíveis. Até 85 países de baixa renda podem levar anos para começar a imunizar suas populações. Isso aumenta o risco de mutações que se revelam resistentes às vacinas. Evidentemente, o sistema estatal dominado pelo capitalista é incapaz de tratar as vacinas como um bem público e, assim, ajudar a atingir a meta de sustentabilidade de proteção à saúde para todos (ODS 3). Em sua forma dominante, portanto, o Estado Corona é tudo menos um fiador do progresso na sustentabilidade social e ambiental. Para análise e crítica sociológica, implica que devemos redefinir nosso assunto. O Estado deve mais uma vez se tornar o foco da perícia sociológica. Para avaliar verdadeiramente o que é o Estado Corona e como ele opera, precisamos de grandes programas de pesquisa interdisciplinares com foco global. É hora de a comunidade sociológica internacional enfrentar essas tarefas de forma rápida e decisiva. ■

Contato com:
Klaus Dörre <klaus.doerre@uni-jena.de>
Walid Ibrahim <walid.ibrahim@uni-jena.de>

1. O termo *SchwarzeNull*, ou *Black Zero*, indica um orçamento equilibrado.

> COVID-19: a construção de lugares inseguros na Alemanha

por Daniel Mullis, Peace Research Institute Frankfurt (PRIF), Alemanha



Local de produção abandonado. Crédito: Daniel Mullis.

É “precisamente de quem ou quais vidas são policiadas ou protegidas”, argumenta Rosemary-Claire Collard, que define os cálculos biopolíticos. A biopolítica, seguindo Michel Foucault, é uma política preocupada com o bem-estar de uma população. É a capacidade de “fazer viver” e “deixar morrer”. Matthew Hannah, Jan Simon Hutta e Christoph Schemann argumentam que as respostas do Estado à COVID-19 “foram justificadas em termos biopolíticos por uma ‘rebiologização’ da população e um imperativo geral percebido de manter o maior número possível de pessoas vivas.” Mas obviamente algumas vidas contam mais do que outras. Em todo o mundo, o nível de infecção com COVID-19 aumenta com marginalização em relação à classe, raça e gênero. A pandemia tem uma geografia muito distinta que lança luz sobre segmentos negligenciados da sociedade, lugares que o Estado não está disposto a tornar seguros. Desenvolverei esse argumento com referência particular à (não) intervenção estatal na Alemanha.

> Periferização

“Onde o vírus está concentrado, você encontra o periférico, na cidade e na sociedade”, argumentam Samantha Biglieri, Lorenzo De Vidovich e Roger Keil. Em uma palestra no início de janeiro de 2021, o último identifica três padrões relacionados de periferização: a periferização espacial envolve lugares que não são centrais nas sociedades contemporâneas; a periferização institucional surge de práticas lideradas pelo Estado que organizam a sociedade de maneiras que empurram as pessoas para as margens; e a periferização social aborda a divisão racial da sociedade – uma perspectiva que desejo ampliar adicionando as dimensões de classe e gênero à raça.

Em relação às geografias da COVID-19 na Alemanha, o Instituto Robert Koch mostrou que no inverno de 2020/21 a mortalidade era cerca de 50% a 70% maior em regiões com alta privação socioeconômica do que em regiões com baixa privação socioeconômica. Dados de regiões urbanas como Berlim, Bremen ou Colônia indicam que a pandemia

>>

atinge mais fortemente os distritos onde a densidade populacional é alta, as pessoas têm uma renda média mais baixa e a taxa de pobreza é mais alta. Ao discutir a (não) intervenção estatal, a periferização institucional é a mais significativa entre os três padrões de periferização. Torna-se evidente, por exemplo, na produção da pobreza, bem como na produção da periferia espacial.

Em relação ao primeiro exemplo, a pobreza é um fato na Alemanha e ganhou maior destaque com a implementação da reforma do sistema previdenciário alemão denominada Agenda 2010. *Inter alia*, um setor de baixa remuneração foi implementado e a assistência social básica foi reorganizada. A pobreza não existe naturalmente: é reproduzida por um sistema econômico injusto e é auxiliada pela lei e pelo poder do Estado. As consequências são evidentes. Os números mostram que as pessoas que dependem da assistência social básica são muito mais afetadas pela COVID-19 do que os setores mais abastados da sociedade. Os desempregados de longa duração são hospitalizados quase duas vezes mais do que as pessoas empregadas. Pessoas sem recursos econômicos vivem em situações mais superlotadas ou apertadas, muitas vezes periferizadas em habitações sociais; trabalham em condições precárias; e eles são isolados de infraestruturas digitais, tornando impossível o ensino doméstico adequado. Todos esses aspectos resultam em maior vulnerabilidade e uma crescente divisão social. No decorrer da pandemia, os menos ricos perderam renda, enquanto as classes médias mantiveram seu status e os super-ricos ficaram mais ricos.

O segundo exemplo discutido – a produção da periferia espacial – é um processo político aplicado a partir do centro da sociedade. Por um lado, as decisões políticas segundo os princípios do Estado capitalista criam paisagens de centralidade e periferia. Produtos disso incluem padrões de exclusão em habitações sociais, campos de refugiados, abrigos para desabrigados, lares de idosos, mas também a atribuição de condições de trabalho precárias. Durante a pandemia, todos esses ambientes sociais se tornaram pontos focais de COVID-19 na Alemanha. Ao mesmo tempo, conjuntos habitacionais e distritos urbanos em particular têm sido retratados no discurso político como lugares perigosos, a fim de dissociar a pandemia da sociedade dominante. Essa estratégia é bem conhecida nos discursos sobre guetos. Na primeira etapa a pandemia é espacializada, então parte do espaço é rotulada de “migrante”, “pobre”, “indisciplinado” etc., levando à conclusão de que este espaço, junto com seus habitantes, é o verdadeiro problema.

> Centralidade

O que fica evidente é que a construção de espaços inseguros é um processo político aplicado pelos poderosos. Foucault argumenta que, no curso da neoliberalização, a economia política torna-se a base lógica definidora para as decisões governamentais. Wendy Brown acrescenta que “o propósito do Estado é facilitar a economia, e a legitimidade do Estado está ligada ao crescimento da economia”. As medidas alemãs com o objetivo de restringir a COVID-19 aderiram a este princípio. De acordo com os dados disponíveis, apenas 12,8% do valor bruto adicionado foi diretamente afetado pelas restrições relacionadas à pandemia: esses efeitos foram mais sentidos no varejo, na alimentação, na educação, nas indústrias de viagens e recreação, e na cultura. Os outros 87,2% da economia continuaram operando de maneira mais ou menos intacta. Nenhuma tentativa foi feita para fechar a economia a fim de proteger a precária força de trabalho da infecção.

Segue-se que surtos em massa em espaços periferizados também indicam centralidade. Isso pode ser argumentado pelas altas taxas de infecção em matadouros, centros de logística e escolas. A indústria de carnes é um importante setor voltado para a exportação na Alemanha, cuja produção não foi paralisada. No caso dos centros logísticos, Agnieszka Mróz, uma trabalhadora da Amazon de Poznan, Polônia, enfatizou esse ponto quando afirmou que ela e seus colegas de trabalho não eram vítimas, mas trabalhavam no centro do capitalismo global, crucial para o fluxo desimpedido de commodities. No caso das escolas, é claro que, apesar de se falar muito sobre os direitos das crianças, as crianças nunca representaram muito durante a pandemia. As escolas foram abertas principalmente para manter os pais disponíveis para a força de trabalho e não por uma questão de justiça educacional.

> Padrões de (não) intervencionismo estatal

A COVID-19 marca múltiplas periferias espaciais, institucionais e sociais, e esses são os espaços onde o vírus e as consequências sociais têm os maiores efeitos adversos. A privação socioeconômica expõe as pessoas a riscos mortais e à pobreza. No que diz respeito ao intervencionismo estatal, é de grande importância destacar os caminhos autoritários e orientados para a segurança que a maioria dos governos escolheu para enfrentar o vírus, em vez de incluir as pessoas em um processo democrático de restrição da liberdade baseado na solidariedade e na justiça. Mas também é importante analisar com mais cuidado onde o Estado optou por não agir e não criar locais seguros. E onde, em vez disso, as decisões políticas aprofundaram os padrões de externalização, marginalização e periferização ao longo das dimensões de classe, raça e gênero, a fim de proteger “o povo” de quem os marginalizados estão separados. ■

Contato com Daniel Mullis <mullis@hsfk.de>

> Após a depressão: o sujeito pós-neoliberal

por **Arthur Bueno**, Universidade de Frankfurt, Alemanha e membro do Comitê de Pesquisa da ISA sobre Análise Conceitual e Terminológica (RC35)



*A virada para o século XXI ocorreu em grande parte sob o signo da depressão, predominantemente exibida em sentimentos de exaustão, vazio e incapacidade de agir.
Crédito: Ehimetalor Akhere Unuabona em Unsplash.*

Vivemos uma época de grandes transformações. Do colapso financeiro de 2008 à onda de protestos políticos que surgiram nos anos seguintes, do surgimento de novos movimentos de extrema direita aos impactos atuais da pandemia, uma série de eventos sinaliza que estamos em uma encruzilhada histórica: um mundo parece estar morrendo enquanto outro ainda está para nascer. Esses processos colocam novos desafios não apenas às instituições sociais estabelecidas, mas também ao que nos parece mais íntimo: eles manifestam um esgotamento das formas de sentir, pensar e agir que prevaleceram nas últimas décadas. Nossa crise é também a crise de uma forma de subjetividade. Sem levar em conta a estrutura desta última e suas transformações atuais, não se pode avaliar adequadamente os perigos nem as potencialidades do presente. Mas como caracterizar esse sujeito em crise?

> O sujeito depressivo empreendedor

A virada para o século XXI ocorreu em grande parte sob o signo da depressão. O sofrimento psicológico parecia, então, não ser mais predominantemente exibido nos sintomas neuróticos clássicos da época de Freud, mas sim em sentimentos de exaustão, vazio e incapacidade de agir. A neurose freudiana consistia em uma doença da culpa em que o sujeito se sentia dividido entre o permitido e o proibido, a autoridade da lei e a força das pulsões reprimidas. A depressão, por sua vez, pode ser descrita

como uma doença da inadequação em que tudo é aparentemente permitido, mas a pessoa se sente incapaz de atender a todas as possibilidades disponíveis. Uma pessoa fica deprimida porque deve suportar o peso da ilusão de que tudo é alcançável: dividido entre o possível e o impossível, o infinitamente disponível e o que realmente se consegue realizar, o deprimido é uma pessoa “sem gás”.

Essa mudança da neurose para a depressão nos diagnósticos clínicos não diz respeito apenas a experiências particulares de sofrimento. Em vez disso, pode ser vista de forma mais ampla como o sinal de uma nova ordem social estabelecida a partir da década de 1960: aquela em que os indivíduos passaram a se deparar com requisitos cada vez mais fortes de autorresponsabilidade e autorrealização em um contexto de declínio do apoio social e escalada de desigualdade, competição e precariedade. Como resultado de uma “afinidade eletiva” entre o desenvolvimento de um regime pós-fordista de acumulação e a difusão dos ideais românticos de autenticidade pessoal, um novo sujeito assumiu o centro do palco: o “empresário de si mesmo” neoliberal que supostamente obteria sucesso no mercado por responder apropriadamente à demanda de “ser você mesmo” ou, como sugerido por um livro popular de autoajuda, o melhor de si: seja você mesmo, mas melhor¹. O que é exigido desse sujeito empreendedor, em vez de obediência disciplinar, é o sustento de uma vida singular autodescoberta e criada experimentalmente, emocionalmente comunicativa e adaptada de forma

>>

flexível às condições de mercado em constante mudança.

O indivíduo depressivo marca o ponto em que essa exigência de ser empreendedor de si torna-se subjetivamente problemática: quando a perspectiva de autorrealização autêntica se transforma em vazio e exaustão, quando a busca por autodeterminação autônoma termina em um sentimento de alienação. Mais do que um diagnóstico clínico, a depressão tornou-se, assim, uma palavra-chave para vários tipos de falhas subjetivas no que diz respeito às expectativas normativas institucionalizadas nas últimas décadas do século XX.

> Crise e política de exaustão

Essa configuração social – que podemos designar metonimicamente como *sociedade depressiva* – é permeada por tensões crescentes, e ainda assim conseguiu manter um grau considerável de estabilidade nas últimas décadas. Tanto que, na virada do século XXI, esse arranjo institucional parecia, por sua própria lógica, dificultar a articulação dos sintomas depressivos em termos de reivindicações políticas explícitas e lutas sociais organizadas. Hoje, porém, as pressões dessa ordem intensificaram-se a tal ponto que sua persistência parece estar seriamente comprometida: a própria exaustão depressiva chegou ao ponto da exaustão. É a esse respeito que sugiro que falemos de uma *constelação pós-depressiva*: uma situação em que as tensões psicossociais de ordem depressiva atingiram um ápice, levando a uma variedade de reações e lutas, mas ainda não ao estabelecimento de um novo consenso e um quadro institucional estável.

Tal relato encontra seu fundamento, argumentarei, no fato de que as formas de luta política que se tornaram proeminentes nos últimos anos podem ser interpretadas como reações a duas tensões principais inerentes à individualidade neoliberal empreendedora-depressiva.

No que se refere à questão da autonomia, a promessa dessa forma de subjetividade é que se chegue à autodeterminação por meio da iniciativa empresarial: ao oferecer um produto inovador em um dos diversos mercados em que hoje se integra a vida social, o indivíduo estaria em uma posição para deixar a sua marca pessoal sobre eles e transformá-los à sua imagem e semelhança. No entanto, o repetido fracasso em cumprir esta promessa leva, em vez disso, a um forte sentimento de que o indivíduo está sujeito a um conjunto de leis pré-determinadas, muitas vezes difíceis de entender e modificar: “Não há alternativa”. Não é surpresa, então, que vários movimentos de nosso tempo manifestem um ressentimento marcante para com as elites dominantes e reivindiquem mais participação: eles podem ser vistos como uma reação ao *fatalismo* das formas prevalentes de regulação social.

A subjetividade neoliberal também é marcada por uma segunda tensão, desta vez concernente à questão da *autenticidade*: a tensão entre a promessa de conexão afetiva com os outros e a estruturação da vida social como uma competição mercadológica entre indivíduos atomizados (novamente sintetizada por um dos lemas de Thatcher: “Não existe sociedade”). No entanto, a exigência de que cada pessoa seja um indivíduo autossuficiente tem resultado em crescentes sentimentos de isolamento e fragmentação social. Não é surpresa, então, que vários movimentos políticos de nosso tempo manifestem um desejo por experiências de comunhão afetiva: eles podem ser vistos como constituindo, a este respeito, uma reação às formas prevalentes de *desintegração* social.

E ainda, a situação pós-depressiva não é caracterizada por uma única forma coesa de ação política ou organização. Estamos lidando não tanto com uma nova ordem, mas com uma nova constelação, um conjunto de diferentes reações e horizontes políticos. A seguir, abordarei duas posturas políticas que ganharam destaque nos últimos anos, mas que não devem ser tomadas como as únicas emergentes na crise atual. Nosso presente é enquadrado por uma questão central – o que vem depois da depressão? – sem uma resposta única ou predominante ainda.

> Efervescência pós-depressiva

Muitos dos levantes políticos da década de 2010 – da Primavera Árabe ao *Occupy Wall Street*, de junho de 2013 no Brasil aos coletes amarelos na França – foram marcados em seus momentos decisivos por experiências de imersão afetiva em uma coletividade vagamente estruturada e também pela ausência de objetivos claramente definidos. Essas duas características são cruciais para entender por que podem ser vistos como expressões de uma situação pós-depressiva.

A imprecisão normativa e afetiva desses movimentos, pela qual foram tantas vezes criticados, também foi a base de seu apelo: permitiu um sentimento de união baseado na participação em uma atmosfera compartilhada, uma percepção de que as diferenças sociais e políticas não eram mais irreconciliáveis, mas podiam dar origem a uma unidade afetiva estabelecida dentro e fora da diversidade. Isso é crucial para compreender o impulso desses movimentos. Em contraste com a autossuficiência do autoempreendedor e o isolamento do sujeito depressivo, a experiência de se encontrar na rua com uma multidão de pessoas foi sentida por muitos como afetivamente libertadora ou “catártica”.

Agora, está claro que esse senso (um tanto indeterminado) de união afetiva surgiu em conexão com o confronto com um antagonista comum (embora também definido de forma bastante grosseira): o sistema político, as instituições prevalentes, “tudo o que existe”. A experiência de efervescência coletiva foi intensificada

>>

por sua conjunção com desafios radicais, embora momentâneos, às normas estabelecidas. Confrontos com a polícia, bloqueios de ruas, ocupações de instituições públicas: de repente, a vida não parecia mais ser limitada por um conjunto de leis imutáveis e fatais. Em contraste com a adaptação do autoempreendedor às normas pré-estabelecidas e o sentimento de impotência do sujeito depressivo, a experiência de desafiar a ordem estabelecida pode dar a sensação de ter recuperado a capacidade de *autodeterminação* coletiva efetiva.

Esses momentos provaram ser, no entanto, inerentemente instáveis. Logo surgiu a percepção de que esse sentimento de união é feito de elementos heterogêneos que não são facilmente reconciliáveis; logo os envolvidos perceberam que seus pontos de vista normativos podem levar a arranjos políticos radicalmente diferentes. Um novo conjunto de tensões derivou justamente da indefinição normativa e da indeterminação afetiva desses movimentos. Elas marcaram o início de lutas pelo sentido político e pela articulação institucional daquela experiência coletiva bastante ambivalente – da qual emergiu, entre outras posturas políticas, uma nova onda de movimentos de extrema direita.

> Autoritarismo pós-depressivo

A crescente percepção da fragmentação social pode explicar por que, à semelhança do que ocorria nos movimentos da década de 2010, a recente ascensão da nova direita tem se caracterizado por intensas expectativas de comunhão afetiva. No entanto, a experiência de estar imerso em uma multidão heterogênea, um “comum” indeterminado, deu lugar aqui a concepções mais uniformes e excludentes de comunhão (nacional) – como em “*Make America Great Again*” de Trump ou “Brasil acima de tudo, Deus acima Todos” de Bolsonaro.

Esta postura política pode, portanto, ser vista como uma resposta à desintegração social de uma forma agressivamente *defensiva*: faz com que a união afetiva seja possível apenas por meio de uma exclusão, ou mesmo eliminação, de elementos estranhos e corruptores – sejam eles “comunistas” (associados à esquerda), “criminosos” (associados aos pobres racializados), “inimigos da família” (associados aos movimentos feministas e LGBTQI+), etc.

YNo entanto, a nova extrema direita não apenas reagiu à percepção da fragmentação afetiva promovendo diferentes tipos de cruzada moral; também respondeu de forma particular ao sentido de deslegitimação normativa que ganhou força na esteira da crise de 2008 e dos protestos políticos da década de 2010. Neste caso, o que passou a ser sentido como problemático sobre as instituições sociais não é tanto que pareçam incorporar inexoráveis “leis da natureza” (como na ordem depressiva), mas sim que viveríamos em um mundo em que as normas

“naturais” perderam sua eficácia. O sujeito autoritário reage menos a um estado de fatalismo do que a uma situação percebida de *anomia*, ou seja, uma sensação de que as formas de regulação que proporcionam ordem e estabilidade às relações sociais não se mantêm mais.

Isso explica por que tal visão política não está orientada para a suspensão das normas vigentes, como nas experiências anteriores de efervescência coletiva, mas sim para o estabelecimento de uma ordem repressiva. Em reação a uma sociedade vista como socialmente desintegrada e anomicamente desregulada, o autoritário reivindica uma comunidade política que poderia extirpar elementos desintegradores e impor normas coercitivas ou violentas o suficiente para manter sua eficácia.

No entanto, além de autoritária, a nova extrema direita também é frequentemente (e com particular clareza no caso brasileiro) caracterizada por reivindicações de uma radicalização ainda maior do projeto neoliberal. Este é o paradoxo do autoritarismo pós-depressivo: ao reagir à crise da subjetividade neoliberal e dela extrair sua força de oposição, ele se esforça por todos os meios para continuar, e até mesmo radicalizar, essa mesma forma de subjetividade. Precisamente nessa estrutura paradoxal – uma tentativa de ir além da depressão, restabelecendo as condições da depressão – está uma das fontes de seu enorme potencial destrutivo.

Autoritarismo e neoliberalismo radical se misturam aqui de uma maneira peculiar (podemos dizer: pós-depressiva). Sua aliança política leva, por um lado, à noção de que se pode estabelecer uma comunhão afetiva que se basearia na exclusão, ou eliminação, de todo e qualquer indivíduo que recuse o ideal de um supostamente incorrupto empresário de si: “o bom cidadão”. Também conduz, por outro lado, à ideia de que uma ordem normativa suficientemente coesa só pode ser alcançada por meio da intransigente, e violenta se necessária, aplicação das “leis do mercado”: não haverá alternativa.

> Além da depressão?

Seria certamente enganoso considerar tal combinação de novo autoritarismo e neoliberalismo radical como o único ou principal horizonte aberto por nossa situação atual. Uma análise mais abrangente, que não posso prosseguir aqui, deveria considerar as maneiras pelas quais outros projetos políticos têm respondido à crise de subjetividade depressiva-empresarial – cujas tensões inerentes podem ser vistas como tendo se tornado ainda mais fortes com a eclosão da pandemia. Ainda assim, qualquer caminho que possamos tomar coletivamente a esse respeito, não pode deixar de vir do desdobramento das tensões e lutas impostas por tal constelação. ■

Contato com Arthur Bueno <oliveira@normativeorders.net>

> A representação visual do trabalho invisível

por Jenni Tischer, Universidade de Artes Aplicadas, Viena, Áustria

Como resultado das medidas introduzidas para combater o COVID-19, alguns de nós vivenciamos distanciamento social, ensino à distância, separação e isolamento em diversos ambientes. À primeira vista, parece que se pode falar de um “nós”, “nós”, até mesmo de uma experiência coletiva, ou ir ainda mais longe e pensar em um coletivo global. Com base na minha experiência como professora na Universidade de Artes Aplicadas de Viena, no entanto, não concordo inteiramente que isso seja possível. Em uma época de restrições drásticas à liberdade individual de movimento nos espaços públicos, a enorme gama de opções políticas e sociais para lidar com essa situação excepcional está se tornando cada vez mais clara.

Espaços coletivos de aprendizagem e experiência, como escolas e universidades, bem como espaços públicos, como parques e playgrounds, ainda estão apenas parcialmente acessíveis, mudando assim o foco da vida para o espaço privado. Quando empregos são perdidos e as crianças não podem mais ser enviadas para creches – sem recorrer a uma casa de fim de semana com jardim – as pessoas ficam confinadas ao pequeno espaço de suas casas. As estatísticas têm mostrado que tem havido um surto de violência doméstica psicológica e física, e a questão da divisão de trabalho específica por gênero está (de volta) na agenda. A COVID-19 demonstra fundamentalmente o tipo de trabalho do qual nossas sociedades dependem: trabalho reprodutivo e relevante para o sistema. Todos nós dependemos de profissionais do cuidado remunerados e não remunerados. Cada corpo e seu ambiente precisam ser nutridos, tratados, limpos, alimentados, amados, cuidados, sustentados, atendidos, curados, regenerados. Gostaria de salientar aqui que a noção de “relevante para o sistema” é especialmente controversa, pois implica que determinado trabalho não é (tão) relevante para “o sistema”.

Como todos nós já experimentamos, o aumento da atenção da mídia aos empregos que garantem nossas necessidades básicas e existenciais, e a repentina visibilidade dos funcionários no supermercado, levaram as pessoas a fazer coisas como bater palmas como um gesto de agradecimento. Uma de minhas alunas, Nora Licka, escreveu um artigo sobre a diferença entre um gesto que é realizado coletivamente em público e a solidariedade

como ato político. Sua conclusão foi que um ato de apreço realizado coletivamente em público é um gesto forte que pode mudar a forma como as pessoas pensam e dar-lhes esperança e força para seguir em frente. Em última análise, no entanto, não contribuirá para condições de trabalho melhores e mais seguras para trabalhadores em supermercados, hospitais, creches, etc., ou para uma remuneração igual e melhor e menos horas de trabalho no longo prazo. Além disso, quando voltamos à questão do que é classificado como relevante para o sistema em primeiro lugar, tomamos consciência de que existe, e sempre existiu, um trabalho que é invisível (e não remunerado), seja porque ele ocorre na esfera privada, doméstica ou porque é realizado durante a noite.

Nesse contexto, gostaria de apresentar e discutir minhas duas colagens de 2020 que acompanham este texto: *Nightcleaners* e *Service*. Na colagem *Nightcleaners*, você pode ver a figura recortada e duplicada tirada de um still de filme do documentário experimental *Nightcleaners* (1972-75) do The Berwick Street Film Collective, e duas esculturas reclinadas de mármore recortadas de uma imagem que documenta *Hartford Wash: Washing/Tracks/Maintenance: Inside* (1973), uma performance do artista Mierle Laderman Ukeles que teve lugar no Wadsworth Atheneum Museum, em Hartford. A ideia inicial do The Berwick Street Film Collective era fazer com que um grupo de mulheres imigrantes e da classe trabalhadora unisse forças com um grupo de ativistas feministas na tentativa de formar um sindicato. Uma das artistas, Mary Kelly, fazia parte da equipe de filmagem e também estava envolvida na campanha das faxineiras noturnas como ativista feminista. Um dos primeiros conceitos foi ter um documentário em tempo real como um filme duracional com cerca de oito horas de duração e que apenas mostrasse a limpeza de um banheiro. Aludindo ao pôster do filme *Nightcleaners*, que retrata as sequências de uma mulher limpando um banheiro, as fotos da colagem representam a atividade potencialmente interminável e repetitiva de limpar os restos de funcionários de escritório durante a noite. Aos pés da mulher, vemos a imagem dupla de uma escultura de mármore branco de uma mulher deitada no chão, capturada em uma pose supostamente relaxada.

Esta escultura pode ser vista no fundo de uma

>>



| Jenni Tischer, "Nightcleaners," colagem sobre papel, 30 x 40 cm.

fotografia tirada para documentar a performance da artista americana Mierle Laderman Ukeles, na qual ela limpa o chão do museu. O Manifesto para Arte de Manutenção da artista, escrito em 1969, e seu corpo de trabalho como um todo abordam os campos não reconhecidos e desvalorizados da domesticidade e dos trabalhos reprodutivo e de limpeza. Ao transferir o trabalho doméstico da esfera privada para a esfera pública, ele se torna visível. E ao declarar este trabalho como arte ["Eu lavo, limpo, cozinho, renovo, apoio, conservo, etc. Além disso, (até agora separadamente) eu "faço" Arte. Vou simplesmente fazer essas coisas de manutenção cotidiana, e levá-las à consciência, exibí-las, como Arte."] bem como ao exibi-lo, Laderman Ukeles não apenas levantou questões sobre a visibilidade e o valor do trabalho reprodutivo, mas também demonstrou como os substratos sistêmicos de suporte material (mesmo quando se trata de arte) estão inevitavelmente emaranhados com a produção de valor, especialmente se o processo parecer imaterial. A construção invertida da representação na colagem põe em causa a hierarquia da branca representada por uma iconografia criada dentro do Classicismo, que desprezava qualquer



| Jenni Tischer, "Service," colagem sobre papel, 30 x 40 cm.

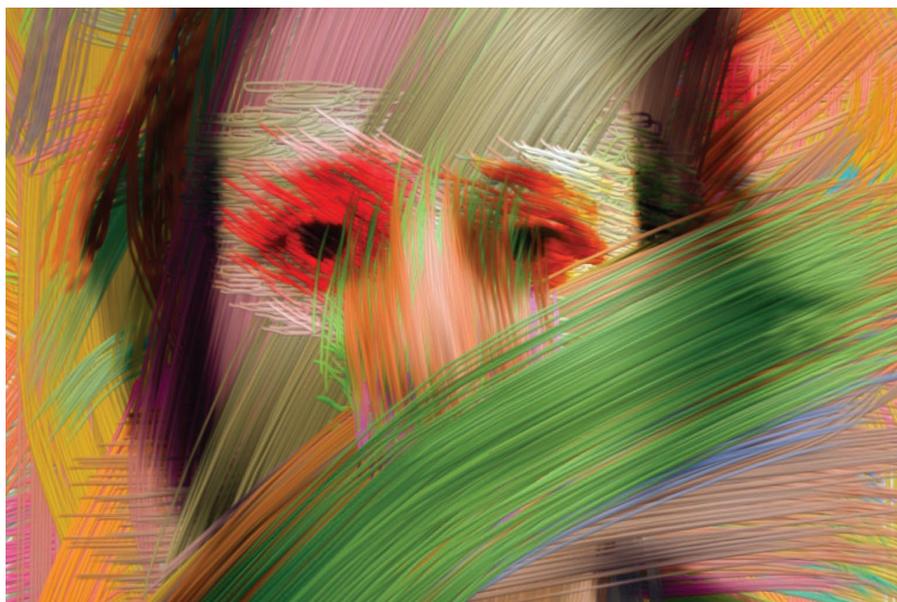
policromia na escultura, construindo uma ideologia racista baseada na pura monocromia e na pura brancura que, precedentemente, nunca existiu no mundo antigo.

"Serviço" é uma colagem feita de cópias de uma foto de um jornal em que uma mulher está limpando em frente a um pôster que mostra uma mulher com um fone de ouvido. A mulher que está limpando o chão é mostrada de costas e usa uniforme azul. Em contraste, a mulher no pôster sorri para nós e supostamente representa a operadora de serviço agradável e amigável. A colagem destaca que embora o equipamento técnico possa mudar – assim como o espanador e o aspirador de robô se unem na colagem – não é possível mudar simplesmente a valorização do trabalho no setor de serviços com uma imagem diferente ou outro equipamento. O emaranhado de representação, valorização e trabalho invisível ainda precisa ser destacado e desvendado a fim de abordar a estrutura oculta definidora de "trabalho sujo" que é dividida em linhas de classe, raça e gênero. ■

Contato com Jenni Tischer <jenni.tischer@uni-ak.ac.at>

> Violência doméstica durante a pandemia global

por **Margaret Abraham**, Universidade Hofstra, EUA, ex-presidente da ISA (2014-18) e membro dos Comitês de Pesquisa sobre Racismo, Nacionalismo, Indigenismo e Etnia (RC05), Sociologia da Migração (RC31), Mulheres, Gênero e Sociedade (RC32), Direitos Humanos e Justiça Global (TG03) e Violência e Sociedade (TG11)



Credito: [Flickr/Jane Fox](#).

os grupos marginalizados nos níveis micro, meso e macro. A pandemia de COVID-19 provou que isso é verdade, pois os grupos marginalizados suportam mais o fardo em termos de perda de emprego, dificuldades financeiras e infecção (por exemplo, devido à maior exposição por meio de serviços essenciais de trabalho e/ou baixo acesso aos cuidados de saúde).

> Condições pandêmicas

Desde março de 2020, relatórios de vários países têm mostrado que os *lockdowns* e várias restrições postas em prática aumentaram e intensificaram a violência de gênero, especialmente a violência contra mulheres e crianças. A incapacidade e as opções reduzidas disponíveis para que aqueles que sofrem abuso escapem e deixem as fronteiras de suas casas levou ao isolamento de amigos, famílias, locais de trabalho e outras redes de apoio. Isso criou condições em que os abusadores se engajaram em uma vigilância e controle crescentes e persistentes sobre suas vítimas e são capazes de monitorar e restringir seu comportamento por meio do acesso restrito a alimentos, roupas, cuidados de saúde e produtos sanitários. A pandemia também criou, inadvertidamente, barreiras à disponibilidade de recursos comunitários e de saúde mental muito necessários. Não apenas o medo, mas também a falta de opções seguras alternativas viáveis forçou as vítimas de abuso a permanecerem com seus agressores.

O fato de que há um aumento da violência doméstica em tempos de crise e incerteza está bem documentado. A atual pandemia global de COVID-19 não foi exceção. Desde março de 2020, o coronavírus tem levado a pedidos de “lockdown”, “stay-at-home” e “shelter-in-place” em todo o mundo, impondo restrições governamentais aos movimentos das pessoas. Embora isso tenha provado ser um passo necessário para desacelerar a propagação do vírus, causou o que alguns estão chamando de “pandemia de sombra” da violência doméstica. O isolamento social e as políticas de distanciamento, vitais para a saúde e segurança públicas, ironicamente significaram uma segurança infinita para aqueles em relacionamentos disfuncionais e abusivos. As condições de estresse financeiro e mental, também causado pela pandemia, levaram a

abusos em algumas famílias onde antes não existiam. Para aqueles que já sofreram abusos, a violência agravou e exacerbou, em alguns casos levando à morte.

A violência doméstica diz respeito ao poder e controle exercido por um indivíduo sobre o outro e pode se manifestar de várias maneiras: física, emocional, verbal, sexual, psicológica e econômica. Embora a violência doméstica ocorra em todas as comunidades, ela não pode ser generalizada. Cada instância e relacionamento tem seu próprio contexto de diferenciais de poder, privilégio e controle. Também existem semelhanças e diferenças complexas de experiências baseadas nas interseções de raça, etnia, classe, gênero, orientação sexual, casta, cultura, idade, região, religião e status de imigrante. A pesquisa indica que a violência doméstica tem um impacto desproporcional sobre

As condições criadas pelo coronavírus reduziram muitas formas de apoio institucional e social para todos nós. Embora o poder e o controle continuem no centro da violência doméstica, os fatores causais foram aumentados por meio de tensões e dificuldades relacionadas à pandemia, incluindo insegurança alimentar, desemprego, medo e ansiedade, frustração, depressão, alienação e tristeza. O fechamento de escolas e creches tem, em muitos casos, adicionado a esse estresse e pressionado os recursos da família em todos os níveis; também aumentou a exposição de crianças em famílias abusivas. Comunicar-se e buscar ajuda torna-se mais desafiador dentro do ambiente doméstico, especialmente porque as medidas de saúde pública e segurança exigem que as organizações fechem os escritórios físicos e se mudem para a Internet. No entanto, a COVID-19 também levou algumas organizações a começarem a pensar criativamente sobre novas maneiras de alcançar e fornecer serviços de suporte tão necessários.

No início da pandemia, esse problema foi reconhecido. António Guterres, o Secretário-Geral das Nações Unidas, exortou os governos a tomarem medidas para lidar com “o terrível aumento global da violência doméstica” e para lidar com a segurança das mulheres, mesmo enquanto elas respondiam à pandemia. Grupos e organizações comunitárias e organizações anti-violência têm respondido de várias maneiras para apoiar as pessoas que sofrem violência doméstica. Nos EUA, a *National Domestic Violence Hotline* relatou um aumento de 9,5% no total de ligações recebidas entre 16 de março e 16 de maio de 2020 em comparação com o mesmo período de 2019. Também documentou como os agressores estavam usando a COVID-19 para controlar e abusar ainda mais. As manifestações de abuso e controle de comportamentos por parte dos perpetradores agora incluem negação de comida, bem como a retenção de itens essenciais

de saúde e segurança, como sabonetes, desinfetantes e máscaras protetoras. Em alguns países, a ação de abusadores aumentou, pois o acesso ao sistema legal e outros sistemas de apoio, como polícia, abrigos e tribunais, foi limitado e os casos atrasados. Para os imigrantes, isso é ainda mais exacerbado pelo medo de deportação. O papel do Estado e as políticas e práticas dos governos durante a pandemia em torno de questões de migração interna e externa têm implicações para aqueles que sofrem violência doméstica e de gênero que muitas vezes passam despercebidas.

Conforme os protocolos de segurança foram sendo cumpridos pelas organizações que tratam da violência doméstica durante a pandemia, as formas de trabalhar para apoiar as sobreviventes precisaram mudar. Kavita Mehra, Diretora Executiva da Sakhi para Mulheres do Sul da Ásia em Nova York, explica:

Durante os meses de março e abril, enquanto os pedidos de abrigo no local estavam em vigor na cidade de Nova York, Sakhi para Mulheres do Sul da Ásia estava servindo a uma comunidade que vivia no epicentro do epicentro. Pelas conversas que nossa equipe estava tendo com as sobreviventes, especialmente aquelas que moravam no Brooklyn, Queens e Bronx, elas viam formas de violência aumentando e se tornando mais extremas. Simultaneamente, elas estavam administrando a queda econômica inesperada da pandemia, que resultou em taxas sem precedentes de insegurança alimentar, habitacional e de serviços públicos. O apoio limitado do pacote federal serviu de alívio para algumas sobreviventes; sobreviventes sem documentos e/ou sobreviventes que ainda tinham uma conta bancária compartilhada com seus agressores ficaram sem proteção. Para apoiar nossa comunidade, Sakhi distribuiu mais de US \$ 130.000 em ajuda de emergência e quase 16.000 libras de alimentos dos meses de março a outubro de 2020.

Algumas organizações de violência doméstica descobriram que não recebiam tantas ligações devido aos desafios, medo e falta de privacidade enfrentados pelas pessoas dentro das restrições e das fronteiras de suas casas.

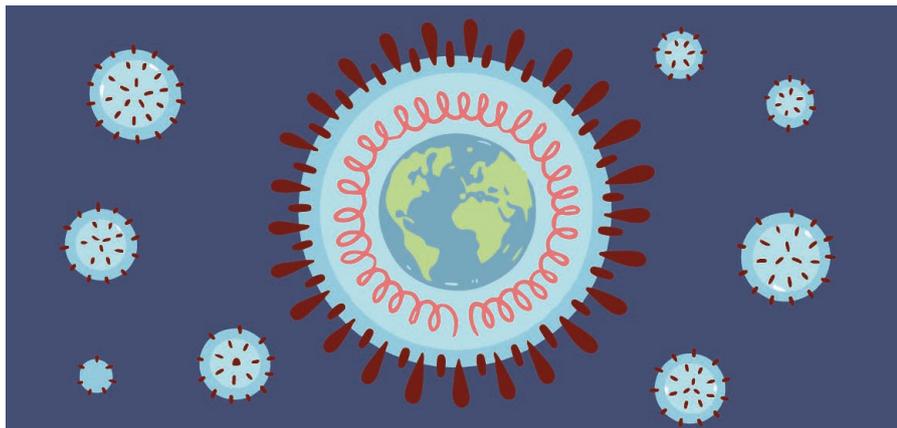
> O que os sociólogos podem fazer?

O enfrentamento da violência doméstica não pode esperar que esta pandemia passe. Como sociólogos, devemos nos basear em uma sociologia global contextual e nos reunir com cientistas, cientistas sociais, formuladores de políticas, ativistas e outras partes interessadas para desenvolver uma agenda para acabar com a violência relacionada ao gênero e trazer mudanças estruturais. Precisamos de métodos melhores para coleta de dados e relatórios. Precisamos entender a dinâmica social, econômica e política que está impactando as experiências de violência doméstica durante a COVID-19 e devemos usar esse entendimento para informar a ação. O que evita e ajuda as mulheres e crianças a saírem de relacionamentos abusivos durante desastres, e quais são os desafios e sucessos que vimos? Com base em uma abordagem interseccional, devemos usar nosso conhecimento, teoria e análise para destacar, agir e intervir. Precisamos apoiar as organizações e iniciativas que estão encontrando maneiras criativas de atender a esta nova realidade. Devemos, nós mesmos, reimaginar e reconfigurar como abordamos a violência doméstica e todas as formas de violência de gênero durante este período da história humana. As mulheres e crianças presas, em casa com seus agressores, não podem esperar. ■

Contato com Margaret Abraham
<Margaret.Abraham@Hofstra.edu>

> A crise da COVID-19: novas sociologias e feminismos

por **Karina Batthyány**, Secretária Executiva do CLACSO, Uruguai e **Esteban Torres**,
Universidade Nacional de Córdoba-CONICET, Argentina



Credito: Creative Commons.

objetivo que impacta plenamente a esfera sociocientífica. Quatro décadas antes, outro acontecimento “externo” ao campo regional, como o início da máquina de extermínio das ditaduras militares na América do Sul, decompôs as bases autóctones da sociologia, interrompendo os impulsos da globalização que vinha se desdobrando em alta velocidade desde a década de 1960.

Em segundo lugar, o bom senso está à frente da ciência, apenas para ser posteriormente devorado por ela. Surge aqui esta nova percepção de pertencimento global em estado embrionário, sem ainda poder se recodificar com novos instrumentos teóricos e analíticos e também com a ação prática. Se decidirmos levar o fenômeno da COVID-19 a sério, se nos imergirmos nele com toda a atenção, devemos deixá-lo tomar conta de nós completamente. Como cientistas sociais, geralmente estamos dispostos a assumir com certa tranquilidade a premissa de que a verdade é provisória, mas não a consequência prática mais grave que tal afirmação traz: que toda perspectiva e ideia criada precisa ser sistematicamente destruída ou precisa se destruir para ser recriada novamente. É o único método até agora para evitar viver confortavelmente na falsidade do conhecido.

> **Novas teorias da sociedade mundial**

Para as ciências sociais, a principal novidade que a megacrise ligada à expansão da COVID-19 produziu é o reconhecimento da impossibilidade de ignorar que vivemos em sociedades territoriais cada vez mais globalmente interdependentes. Se, antes de 2020, os estudos sociais ainda eram capazes de desenvolver justificativas aceitáveis para dispensar uma estrutura global de observação, esse não é mais o caso. A pandemia deu início a um processo de atenção irreversível, que mais cedo ou mais tarde afetará todos os objetos de pesquisa e do qual não há como voltar atrás.

Já não é possível omitir a existência de uma sociedade global sem cair em graves anacronismos. Se, nos tempos da navegação marítima, a conquista da América deu início à globalização material, é provável que os golpes desferidos pelas representações da COVID-19 em nossas telas digitais irão de uma vez por todas ancorar a globalização como senso comum

intelectual. Assim, em vez de expandir o processo de globalização material, o processamento coletivo dos avatares da COVID-19 está expandindo o processo de globalização mental. Não estamos testemunhando o declínio das sensibilidades microssociais e singularizações subjetivas, mas sim um fim vertical, abrupto e impensável para um longo processo de ignorância e negação histórica das forças gravitacionais da dinâmica mundial nas sociedades.

> **A mecânica da produção de conhecimento em ciências sociais**

A mecânica de como as agendas de produção de conhecimento são transformadas não é completamente desconhecida. A mudança social geralmente se precipita ao longo de dois axiomas. Em primeiro lugar, os eventos e processos históricos determinam as diretrizes da produção do conhecimento nas ciências sociais, e não vice-versa. A transmissão da COVID-19 surge como um evento “externo” e

“A crise mundial da COVID-19 nos dá a oportunidade de avançar na criação de novas teorias da sociedade mundial para todas as sociologias. As novas visões globais nos permitiriam enfrentar em melhores termos, a partir de cada localidade histórica, a crescente globalização das desigualdades sociais, de gênero e econômicas”

Assim como uma sociedade mundial não é o produto de um único local, uma teoria da sociedade mundial também não o pode ser. Uma sociedade mundial pode se assemelhar a uma rede de ordem superior, que diferencia, integra e relaciona todas as esferas sociais nacionais, regionais e globais. Poderíamos supor que cada ponto de localização social no mundo é uma condensação única, direta e indireta, dessas três esferas em interação. A sociedade global da Alemanha definitivamente não é a mesma da Argentina, Uruguai, México, Chile ou China. Mas todas elas, com base em suas interações entre si, constituem a sociedade mundial. Tampouco existe um sistema patriarcal único ou capitalismo globalizado: o que existe são modos patriarcais concretos, mas também diferentes dinâmicas de sujeição entre o capitalismo central e o periférico na sociedade mundial.

O reconhecimento deste princípio de diferenciação irreduzível não elimina a probabilidade de descobrir regularidades universais, mas minimiza a probabilidade de que relações e processos estruturais possam assumir modalidades idênticas em locais diferentes. Reconhecer que o substrato primário da sociedade é mundano implica que a materialidade das ciências sociais e da sociologia também são mundanas. A partir da década de 1960, a sociologia latino-americana deixou de ser “o Outro” da sociologia, ou sua simples reprodução alienada, para se tornar uma corrente ativa da sociologia mundial. Nesse sentido, partimos do pressuposto de que a teoria da sociedade mundial que precisamos

construir exige o conhecimento emergente do plexo total dos locais intervenientes, equilibrando o próprio ponto de vista sobre esta totalidade diferenciada com o ponto de vista de cada localidade, e ativar a partir dessa prática ampliada o necessário exercício antropológico de tentar “colocar-se no lugar do Outro”. Partindo desse pressuposto preliminar, o mundo não seria conquistado reunindo todo o conhecimento existente, mas criando um novo diálogo global, capaz de produzir novas sínteses a partir das visões de mundo produzidas e projetadas a partir de cada ponto de localização histórica.

A crise mundial da COVID-19 nos dá a oportunidade de avançar na criação de novas teorias da sociedade mundial para todas as sociologias. As novas visões globais nos permitiriam enfrentar em melhores termos, a partir de cada localidade histórica, a crescente globalização das desigualdades sociais, de gênero e econômicas. No caso das perspectivas feministas críticas, é bastante claro como uma maior globalização de suas visões pode aprimorar seus programas de transformação social estrutural. Este seria um processo de ajuste intelectual ao desdobramento material do movimento político, que é essencialmente global.

Com a moderna sociologia crítica, a questão é mais complicada. Uma maior globalização de suas perspectivas não leva necessariamente ao desenvolvimento de uma ciência socialmente engajada. Muito menos leva a uma sociologia potencialmente transformadora. É

essencial problematizar ainda mais a noção de compromisso político na sociologia crítica moderna, a fim de compreender por que ela não vem produzindo efeitos políticos extra-acadêmicos há décadas. Acreditamos ser necessário colocar tais práticas a serviço de uma política geral de mudança social. O desenvolvimento de uma sociologia crítica moderna, politicamente engajada, exige algum tipo de nova conexão com a política dos movimentos e partidos nacionais. Trata-se de deixar um espaço de conforto acadêmico, como o fizeram as correntes sociológicas até a década de 1970 – pelo menos na América Latina – e que o pensamento crítico feminista o faz hoje. A abordagem da política nacional exige a integração de um princípio de realidade que constitui o melhor antídoto contra o proto-radicalismo da crítica como um fim em si mesmo e contra uma utopia maximalista que não consegue explicar concretamente como podemos caminhar em direção a uma sociedade melhor para todos. Por sua vez, essa transformação política da sociologia crítica moderna é uma condição necessária para entrar em um diálogo poderoso e construtivo com o feminismo.

Dependerá de nós, da nossa capacidade de construir uma comunidade intelectual, científica e política, a concretização de iniciativas coletivas com força suficiente para precipitar uma mudança estrutural que pode alterar o curso atual de nossas sociedades neste tempo histórico desconcertante. ■

Contato com:
Karina Batthyány <kbatthyany@clacso.edu.ar>
Esteban Torres <esteban.torres@unc.edu.ar>

> O assustador impacto global da COVID-19

por **Mahmoud Dhaouadi**, Universidade de Tunis, Tunísia e membro dos Comitês de Pesquisa da ISA em História da Sociologia (RC08), Sociologia da Religião (RC22) e Linguagem e Sociedade (RC25)



39

A pandemia COVID-19 atingiu o parâmetro social mais básico da existência coletiva humana: a interação social. Como o distanciamento social afetará nossa vida cotidiana no futuro?

Crédito: [Wikimedia Commons](#).

Segundo todos os relatos, a pandemia de coronavírus é um desastre mundial muito incomum. Ela atraiu especialistas em saúde para a linha de frente para reduzir o número de mortes e as taxas de pacientes infecciosos, especialmente nas sociedades avançadas. Algumas dessas sociedades e outras foram forçadas, mais de uma vez, a *lock-down* generalizado por semanas. Os EUA e o Reino Unido são exemplos importantes. Consequentemente, a crise deve ser uma preocupação prioritária para os cientistas sociais, devendo ser analisada não apenas em

termos quantitativos, mas também através de perspectivas qualitativas. Essas análises podem ser de grande importância para melhorar o estado do planeta Terra agora e no futuro.

> As ciências sociais devem se preocupar

A pandemia da COVID-19 atingiu o parâmetro social mais básico da existência coletiva humana: a interação social. O slogan “fique em casa” tornou-se a mensagem principal na maioria dos países. A interação social normal foi suspensa globalmente. As interações sociais

>>

comuns dentro e entre as sociedades não são as mesmas e as ondas futuras do corona dificilmente serão excluídas. Sua presença atual globalmente e sua continuidade potencial para os próximos anos podem se tornar parte dos principais padrões de vida das pessoas e sociedades.

Há problemas específicos resultantes da pandemia da COVID-19. Sociologicamente, a situação alarmante da pandemia apresenta um novo problema social global para o qual as ciências sociais têm que descobrir novos conceitos e conceber ferramentas novas e diferentes, por exemplo, daquelas do falecido sociólogo Erving Goffman (1922-82). Baseando-se no Interacionismo Simbólico, ele forneceu um dicionário de novos conceitos sociológicos que facilitam a compreensão dos detalhes minuciosos das interações face a face. Na pandemia global em curso, novos conceitos sociológicos potenciais precisarão ser inventados para analisar as seguintes consequências dessa pandemia em humanos: incerteza da vida, perda significativa de controle sobre os eventos, preocupação apenas com o presente imediato. A sociologia qualitativa pode estar mais bem equipada para lidar com esses novos recursos. No entanto, a tarefa das ciências sociais seria dupla:

Em primeiro lugar, precisamos estudar os atuais impactos sociais e psicológicos da pandemia da COVID-19 sobre o comportamento das pessoas e as diferentes dinâmicas das sociedades que vivenciaram a crise desde dezembro de 2019. A revista *Scientific American* concentrou-se, em suas edições de junho e julho de 2020, no impacto social e psicológico da pandemia do corona nas pessoas: o que a pandemia pode nos ensinar sobre como as pessoas respondem à adversidade? A edição de junho sublinhou o estresse a que estão expostos médicos e enfermeiras de hospitais e clínicas, públicos e privados. Ainda

assim, em sua edição de agosto de 2020, essa revista adotou um tom bastante tranquilizador em relação ao coronavírus, mostrando que o distanciamento social é um fenômeno natural entre os animais que buscam evitar infecções de doentes. Embora isso possa ser verdade, obviamente o distanciamento social permanece problemático no longo prazo para as interações sociais humanas normais.

Em segundo lugar, as sociedades devem hoje prever as cenas da vida social no mundo, se nenhum tratamento radical for encontrado nos próximos meses ou anos. Para lidar com as consequências da pandemia, as descobertas de ambos os tipos de estudos inovariam parcialmente as novas ciências sociais, diferentes das dominantes atuais. Outras características importantes da pandemia corona estão se revelando em termos de seu impacto na solidariedade social nas sociedades. As sociedades avançadas ocidentais são descritas como individualistas, e as redes de mídia social dizem ter endurecido o cerne desse individualismo. A ética e a prática do distanciamento social e outras medidas anti-corona que favorecem o isolamento social estão destinadas a fortalecer o individualismo e a solidão não apenas nessas sociedades, mas também em sociedades não ocidentais. Assim, o dano global às interações sociais normais entre indivíduos, grupos, coletividades e sociedades está mais do que claro.

> Mudanças climáticas e discurso de ódio

Dois enormes problemas relacionados à pandemia da COVID-19 merecem ser delineados: mudança climática e discurso de ódio. A pandemia do coronavírus é explicada por alguns analistas como o resultado do comportamento humano na Terra, que levou à poluição do globo. A poluição, por sua vez, tem seu impacto negativo nas mudanças climáticas e no provável surgimento de novos vírus perigosos, como apontam

algumas teorias atuais. Eles pegam a cidade chinesa de Wuhan, onde o coronavírus inicialmente surgiu como exemplo. Qualquer que seja a causa deste último, a infecção globalizante do coronavírus representa um desafio intrigante e deslumbrante que convida os cientistas modernos a serem mais humildes e modestos no exercício de suas disciplinas. Sua ética científica deve, antes de tudo, levar muito a sério a minimização da gama de problemas potenciais que podem resultar de seu trabalho científico.

Quanto ao fenômeno do discurso de ódio global em todo o mundo, é provável que tenha sido aumentando durante e após a pandemia da COVID-19. O discurso do ódio é um comportamento que rebaixa, brutaliza e exclui as pessoas e as discrimina com base em sua religião, cor, gênero e etnia. Sua fonte geralmente é um sentimento ou atitude desfavorável ou hostil em relação a uma pessoa, um grupo ou toda uma sociedade ou civilização. Espera-se que o coronavírus seja adicionado à lista de itens que causam incitação ao ódio. Cidadãos de países fortemente afetados pelo coronavírus estão enfrentando e enfrentarão uma crescente discriminação e discurso de ódio ao viajarem para fora de seus países. Como tal, a indústria do turismo em todo o mundo está sendo duramente atingida e continuará a ser atingida, agora e nos próximos meses e anos, conforme a OMS projetou em agosto de 2020. Há um paradoxo aqui. A pandemia global da COVID-19 supostamente une as sociedades hoje, mas seu impacto sobre a discriminação e o discurso de ódio dificilmente é positivo. Assim, a indústria do turismo global provavelmente sofrerá hoje e amanhã, não apenas por causa das restrições de mobilidade, mas também por causa do potencial aumento global do discurso de ódio e da discriminação. ■

Contato com Mahmoud Dhaouadi
<m.thawad43@gmail.com>

> Cenários pós-pandêmicos, da adaptação à aprendizagem coletiva

por **Alejandro Pelfini**, Universidad del Salvador, Buenos Aires, e FLACSO, Argentina



Crédito: Creative Commons.

Embara ainda estejamos no meio da pandemia da COVID-19 e seus efeitos e prejuízos sejam difíceis de calcular, assim como a estimativa de uma data em que estará sob controle, as ciências sociais não pararam de refletir sobre os cenários possíveis de um mundo pós-pandêmico. A profundidade da crise global, bem como os efeitos sem precedentes da pandemia na vida cotidiana e no funcionamento do capitalismo em geral foram tão dramáticos que esta reflexão vai além de uma especulação sobre a disponibilidade de vacinas, a recomposição de sistemas públicos saúde e a cooperação internacional dentro da Organização Mundial da Saúde. Em vez disso, e tendo em conta que a pandemia é um grande desafio civilizacional, centra-se na capacidade de aprendizagem real em situações extremas e na resiliência de sociedades inteiras face a situações

traumáticas em que sociedades e seres humanos partilham uma vulnerabilidade estrutural sem precedentes.

> Possíveis reações pós-pandêmicas

Como demonstrou o economista Branco Milanovi, o sistema internacional e certas sociedades introduziram mudanças importantes em seus modelos de desenvolvimento e organização política após outras crises globais que foram além da econômica e incluíram desafios à saúde pública, ou grandes guerras, como a crise de 1873 ou de 1919. Portanto, não é utópico considerar que também desta pandemia surgirão importantes mudanças nos modos de produção, consumo e estilos de vida, mostrando mais uma vez a capacidade do capitalismo e da modernidade de se adaptarem a novos desafios e de se repensarem.

Claro, isso não é garantido como tal, mas depende da ativação, primeiro da reflexão, e depois da ação política para promover essas transformações.

Até o momento, a primeira reação e, portanto, um dos cenários possíveis para a pós-pandemia é o recuo particularista. Como já foi experimentado em alguns países (os EUA com Trump ou o Brasil com Bolsonaro), não vale a pena insistir muito nisso. Trata-se de continuar com os negócios normais e promover um retorno à normalidade refugiando-se no Estado-nação, ignorando – como acontece com outras questões – as implicações globais da pandemia e as interdependências radicais existentes. Em vez disso, é mais interessante explorar dois cenários possíveis de transformação que dependem da ação dos seres humanos e da reflexividade das sociedades. É possível distinguir dois

níveis ou graus de transformação dessas capacidades: um primeiro passo ligado à adaptação (entendida como um ajuste das próprias preferências e interesses à nova complexidade do ambiente), e um segundo processo mais exigente de aprendizagem coletiva (implicando em uma revisão da validade dessas preferências e interesses com base na obrigação moral de reduzir os danos).

> Adaptação

Como, então, poderia ser concebido um cenário primordialmente adaptativo, no qual as três esferas sociais fundamentais (Estado, mercado e sociedade civil) desenvolvam um ajuste comunicacional a um ambiente mais complexo e desafiador, sem, com isso, repensar ou abandonar completamente as práticas estabelecidas que já existiram que, comprovadamente, se mostraram prejudiciais? No nível internacional, isso envolveria um fortalecimento do multilateralismo. No âmbito nacional, o Estado estaria mais presente, mas ao mesmo tempo em que investe na saúde pública, estaria mais atento à securitização e à vigilância da privacidade. Do mercado, podemos esperar maior protecionismo comercial e investimento público; um aprofundamento da digitalização; a promoção da cooperação científica, mas sem alterar a proteção da propriedade intelectual. E, em certa medida, ocorrerá uma recuperação da economia produtiva e dos chamados bens e serviços essenciais, ao invés da pura financeirização. Com o foco na sociedade civil, o consumo responsável, a subsidiariedade e o

autocuidado serão promovidos, e será dada atenção ao desenvolvimento sustentável, embora dentro de uma estrutura de democracia de baixa intensidade.

> Aprendizagem coletiva

Uma reação mais exigente e com maior potencial transformador implica em um processo de aprendizagem coletiva mais profundo, que exige ir além da ordem da negociação e da cooperação internacional para espaços de governança global voltados para a provisão e conservação de bens públicos, redução de riscos e prevenção de catástrofes. Isso se reflete em âmbito nacional em um estado que centra suas políticas públicas na noção de cuidado e na redução das desigualdades no acesso aos bens públicos. No campo da produção e do consumo, será promovida a logística de curta distância e o comércio e produção locais, juntamente com o fortalecimento das pequenas cidades e de uma economia baseada na valorização das atividades “essenciais”; por último, mas não menos importante, as atuais disputas Norte / Sul sobre propriedade intelectual e patentes abrirão o caminho para regimes mais igualitários e inclusivos. A sociedade civil será cada vez mais constituída como uma rede de “prosumidores” (J. Rifkin), onde o nível *glocal* emerge e as redes de atenção que são sensíveis às diferenças de gênero se expandem; espaços de transformabilidade serão abertos, inspirados em ideias alternativas como o pós-desenvolvimento e o decrescimento em um processo de

política que responde por uma democratização fundamental em termos de equidade e acesso.

Qual dessas alternativas tem mais possibilidades e de que dependem para prevalecer? Já estamos cientes dos limites da primeira reação não transformativa e pouco se pode esperar dela. No entanto, é sempre uma possibilidade a ser considerada e ainda tem seus adeptos. O capitalismo e a modernidade mostraram sua capacidade de adaptação e renovação, mesmo incorporando as críticas mais radicais que lhes foram feitas (como demonstram Boltanski e Chiapello em *O novo espírito do capitalismo*). Portanto, não é absurdo pensar que a resposta adaptativa é a opção mais provável e que ocorrerá quase mecanicamente a partir de uma interação entre sistemas especialistas, grandes corporações (especialmente aquelas ligadas à digitalização) e atores políticos que pensam no curto prazo. Enquanto isso, a aprendizagem coletiva mais exigente depende de uma radicalização e ativação de movimentos sociais e organizações populares que vão além de um grande plano de ajuda e prevenção de riscos à saúde para almejar um *New Deal Verde* global, ou melhor, o Pacto Ecosocial do Sul - em que a justiça social é sempre pensada junto com a justiça ambiental em um diálogo Norte-Sul e, em que, de uma vez por todas, a centralidade do trabalho produtivo é substituída pelo primado da vida. Sem dúvida, essa opção é a menos provável. Mas, à luz do que está em jogo, é o mais urgente e necessário. ■

Contato com Alejandro Pelfini
<pelfini.alejandro@usal.edu.ar>

> Sociólogos na arena cívico-política

por **Fredy Aldo Macedo Huamán**, Universidade Iberoamericana (IBERO), Cidade do México, México



| Crédito: Creative Commons.

Desde o início, os sociólogos estiveram envolvidos nos assuntos públicos de suas sociedades (por exemplo, Émile Durkheim, Max Weber, Marianne Schnitger e Jane Addams), seja para alertar um grande público sobre as condições de desigualdade, discriminação e miséria, como também sobre as injustiças, abuso de poder, atropelamento de direitos e negligência do governo sofrida por grandes setores da sociedade em relação aos serviços públicos, ou para motivar o debate público informado. Os sociólogos se engajaram nas questões sociais relevantes, adotando uma linguagem acessível e estimulante, sem abandonar o espírito crítico e a vocação exploratória, buscando abalar as consciências e questionar o poder. Recentemente, um perfil de sociólogo que se enquadra bem nas reflexões aqui expressas é o de Helen Jefferson Lenskyj. Caracterizando o papel dos acadêmicos como intelectuais públicos, em relação às pesquisas que ela fez, Helen [afirma](#): eles “enfrentam problemas sociais como os impactos danosos das Olimpíadas, buscam desvendar suas origens e os sistemas de opressão que os sustentam. Fazemos recomendações para mudanças sociais e trabalhamos

com as comunidades para desafiar os que estão no poder, às vezes com sucesso, às vezes não. Nossos alvos são muitas vezes ‘vacas sagradas’ – as Olimpíadas ou religiões organizadas, por exemplo (e há sobreposições) – e nossas descobertas muitas vezes demonstram que “o imperador está nu”.

Atualmente, existe uma geração confusa, mas também criativa de cientistas sociais, muito inquieta diante de uma era turbulenta e incerta. Ao manter o seu legado disciplinar, são sensíveis ao cotidiano dos seus concidadãos e comunidades, de forma a criar quadros inovadores e reflexivos que nos permitem enfrentar o momento presente. Isso, a meu ver, é o que levou David M. Farrell e Jane Suiter em seu *Reimagining Democracy* [Reimaginando a Democracia] (2019) a mergulhar na sociedade irlandesa, participando ativamente da construção de uma democracia deliberativa entre seus cidadãos. Seu trabalho trouxe à atenção do público as assembleias de cidadãos na Irlanda, que serviram como canais para os referendos que levaram à legalização do aborto e do casamento para todos¹. Assim, a teoria que surge na academia é socialmente retroalimentada,

>>

enquanto são explorados vínculos com atores que, além de suscitar questões e problemáticas, permitem diálogos para o redesenho das instituições e culturas públicas.

Se no dia a dia muitos atores convergem para se envolver nas questões críticas de sua comunidade política – para promover seus interesses e apresentar suas demandas, fortalecer seus aprendizados, colaborações e modelos organizacionais, canalizar iniciativas e programas de ação, construir [espaços de poder](#) que buscam incorporar canais participativos e inovações democráticas – a seu lado também grupos de sociólogos e outros profissionais estão dispostos a apoiá-los e promovê-los.

> Novos papéis para sociólogos

Assim, entre o mundo acadêmico e a arena cívico-política, os sociólogos com vistas a contribuir para a atuação cidadã podem assumir diversos perfis, em uma pluralidade de esferas de ação nas democracias contemporâneas. Diante do exposto, quais contribuições, envolvimento ao repensar a formação e atuação dos sociólogos podem ser considerados?

Em geral, a divisão acadêmico-profissional tradicional está muito superada pela atual situação de maior complexidade e interpenetração e diversificação de esferas e sistemas de atores. Esses recursos estão surgindo em condições que ainda valem a pena ser avaliadas.

Para os sociólogos, responder a essas complexidades envolverá – a princípio – tornar suas universidades e centros de pesquisa mais relevantes para os atores cívicos e políticos, levando em consideração suas necessidades, limites, potenciais e estruturas comuns. Em segundo lugar, as experiências dos sociólogos nessas arenas de mudança permitirão ampliar e refinar o que é planejado à luz do que já existe, tirando lições e, assim, promovendo a inovação educacional adequada e a especialização direcionada aos cidadãos.

No plano da política democrática e da prática cidadã, uma figura que vale a pena considerar na disciplina é a do sociólogo como cidadão consultor-mediador.

Ao se envolver com setores cidadãos, os sociólogos terão que promover uma visão e uma atuação baseadas em significativas capacidades analítico-operacionais, e também ser guiados por habilidades criativas, pedagógicas, dialógicas, proposicionais e emocionais, bem como por formas de estimulação de autodefinição, mobilização e resiliência que apoiarão (ou co-produzirão com) aqueles que assumem o papel de atores cívicos e políticos. Em consonância com isso, o compromisso dos sociólogos com uma ética baseada nos valores-chave da vida democrática (justiça, liberdade, pluralismo, tolerância, solidariedade, crítica e dissenso, escuta e colaboração), constitui um eixo orientador de seu envolvimento.

Em um sentido mais específico, as pré-condições para o surgimento desses novos setores sociais e políticos sugerem que eles serão receptivos a:

- a aquisição de melhores elementos, habilidades e experiências em seu processo interno (ou compartilhado) de evolução organizacional, o que implica em se fortalecer democraticamente em diferentes escalas;
- um avanço direcionado e sustentado na realização de seus objetivos e na concretização de ideais centrais para sua identidade (de acordo com os valores democráticos e os direitos humanos);
- o ato de assumir uma plataforma de *lobby cidadão*, visando à construção de um plano de reconfiguração das políticas sob sua influência e fora dela; e
- o esclarecimento da contribuição que fariam através da sua prática democrática (ligada a outros agentes sociais e especialistas) para diferentes arenas, reorientando os rígidos enquadramentos institucionais para formas inclusivas e inovadoras de ligação entre Estado e cidadãos.

No caso dos sociólogos, destacam-se os papéis relevantes e centrais para esse tipo de tarefa; eles agiriam como:

- *decodificadores* de discursos, narrativas e imaginários para seu reprocessamento em projetos de comunicação, culturais e políticos de maior significado;
- *mediadores* de conflitos e tensões enraizados dentro ou fora das organizações;
- *acompanhantes* e tradutores de processos de ação política, civil e pública contra poderes públicos e privados;
- *articuladores* (ou *cogeradores*) de projetos de âmbito civil, democrático e de políticas públicas que seriam adotados pelos grupos de cidadãos com os quais trabalham.

Em suma, situado entre duas graves ameaças que prevalecem hoje – o populismo de extrema direita e o enorme poder das corporações tecnológicas (vinculadas aos sistemas de vigilância do governo) – os cidadãos precisarão responder a elas com lucidez e orientação pró-ativa, articulando ao mesmo tempo suas vozes e capacidades de governança que irão fortalecê-la e torná-la sustentável. Assim, com a necessidade premente de renovar o projeto democrático, eles buscarão um redirecionamento de seu aprendizado político, integração de conhecimentos, amizade cívica e orientação organizacional. E ao lado disso, eles precisarão construir pontes com outros atores, incluindo praticantes de disciplinas como sociologia, ciência política e antropologia, que serão incentivados a se envolver combinando uma abordagem argumentativa e empática com um impulso mais enérgico e assertivo. ■

Contato com Fredy Aldo Macedo Huamán
<fredy.macedo@gmail.com>

1. Ver
<https://blogs.lse.ac.uk/politicsandpolicy/irish-referendums-deliberative-assemblies/>.

> Silêncio em torno da violência entre parceiros íntimos em Trinidad e Tobago

por **Amanda Chin Pang**, Universidade das Índias Ocidentais, Santo Agostinho, Trinidad e Tobago

Em Trinidad e Tobago (T&T), quando mulheres, homens e crianças são mortos por violência praticada pelo parceiro íntimo (VPI) ou em guerras de gangues, isso recebe atenção imediata. No entanto, imediatamente, os gritos das vítimas e sobreviventes são silenciados e os perpetradores apenas apresentam álibis banais sobre sua violência, deixando uma condenação iminente de abuso perpétuo.

Em Trinidad e Tobago, há um longo silêncio quando mulheres, homens e crianças são mortos em situações de violência por parceiro íntimo (VPI) e violência de gênero. A morte de uma mulher, Andrea Bharatt, é um catalisador de esperança que acalma os gritos de vítimas e sobreviventes de abusos e violência.

> Uma cultura de violência

Desde o chamado para o “fique em casa” da COVID-19, tem havido um aumento nos casos de violência doméstica. Violência doméstica é por vezes usada como sinônimo de VPI e muitos destes casos descritos como violência doméstica são, na realidade, entre parceiros íntimos adultos.

O silêncio das vítimas e a falta de oportunidades para escapar da violência persistente me levam a pensar sobre uma cultura de violência que está profundamente enraizada nos tobaguianos. Mordaças cobrem a boca de amigos e parentes, cientes dessas situações. Peço uma quebra no silêncio sobre a violência com profundas raízes coloniais. Bergner (1995) em *“Who Is That Masked Woman? Or, the Role of Gender in Fanon’s Black Skin, White Masks”* [Quem é aquela mulher mascarada? Ou, o Papel do Gênero em Pele Negra, Máscara Branca de Fanon] destaca esse contexto histórico, não apenas do racismo sistêmico, mas também da posição desfavorecida das mulheres como subjugadas aos homens. A falta de políticas diretas e pesquisas sobre VPI, apesar de seu grave impacto sobre os parceiros íntimos e seus dependentes, me leva a pensar que alguns caribenhos se sentem confortáveis demais com esse padrão de violência. Chamo isso de “cultura da violência”, conforme descrito por Brereton (2010) em *“The Historical Background to the Culture of Violence in Trinidad and Tobago”* [Os Antecedentes Históricos da

Cultura da Violência em Trinidad e Tobago], porque esta é normalizada no país.

> A normalização da violência

Podemos ponderar várias questões em torno deste assunto. A violência nas relações íntimas com o parceiro se manifesta de maneira normalizada na interação caribenha. O que está causando a normalização da violência em uma pequena república de ilhas gêmeas como Trinidad e Tobago? Pode ser a incapacidade de lidar com as dificuldades de relacionamento, ou essa violência é aceitável para parceiros íntimos, ou ambos? O que há na cultura de T&T que parece facilitar e tolerar essa violência, com pouco ou nenhum protesto público? A VPI é considerada uma questão privada nos relacionamentos? Homens e mulheres têm medo?

Em uma escala global, a VPI prevalece entre muitos casais. Referindo-se às estatísticas da ficha informativa da OMS sobre Violência contra as Mulheres, uma em cada três mulheres experimentará VPI em um relacionamento íntimo e 38% dos assassinatos de mulheres em todo o mundo são cometidos por um parceiro íntimo masculino (OMS, 2017). Embora essas estatísticas reflitam a violência masculina contra as parceiras íntimas do sexo feminino, também houve violência entre parceiros íntimos cometida por mulheres contra homens, bem como VPI em relacionamentos do mesmo sexo. A Coalizão Nacional contra a Violência Doméstica dos EUA (NCADV, 2020) afirma que um em cada nove homens experimentou alguma forma de VPI, violência de contato sexual e perseguição. Além disso, de acordo com este relatório, vítimas masculinas de estupro e vítimas masculinas de contato sexual indesejado relataram perpetradores predominantemente do sexo masculino. Isso reflete uma situação semelhante em Trinidad e Tobago. Le Franc et al. (2008) em *“Interpersonal violence in three Caribbean countries: Barbados, Jamaica, and Trinidad and Tobago”* [Violência interpessoal em três países caribenhos: Barbados, Jamaica e Trinidad e Tobago] fornecem evidências sobre denúncias de violência física e sexual em Trinidad e Tobago, descobrindo que 47,7% dos homens sofreram violência física dentro de relacionamentos e 52,5% dos homens experimentaram coerção sexual dentro dos relacionamentos.

>>

“Tornar uma norma falar contra a violência e perceber a violência como inaceitável e anômala nas expressões de si mesmo e dentro dos relacionamentos quebrará o silêncio e, por fim, mudará as relações íntimas com os parceiros para melhor.”

Curiosamente, a masculinidade é aprendida por meio do poder, reforçada pela socialização familiar através das gerações, religião, escola, mídia e amigos, de acordo com Wiltshire (2012) em “Youth Masculinities and Violence in the Caribbean” [Masculinidades Jovens e Violência no Caribe]. Além disso, Wiltshire observa que a masculinidade é expressa por meio de atos de violência e agressão e alguns homens pensam que as mulheres às vezes precisam ser disciplinadas por seus parceiros masculinos. Embora tanto homens quanto mulheres sejam os perpetradores da violência praticada pelo parceiro íntimo, as notícias em T&T são inundadas com incidentes de mulheres sendo mortas por seus parceiros íntimos. Isso ocorre porque há uma proporção maior de homens que perpetram VPI contra mulheres em comparação com a proporção de mulheres que perpetram esses atos contra homens.

> Silêncio como barreira para abordar VPI

Vale ressaltar que há esforços para quebrar o silêncio e dar voz às vítimas. A Política de Violência Doméstica no Local de Trabalho da Câmara de Indústria e Comércio de Trinidad e Tobago (TTCIC) (2018) e a Unidade de Violência Baseada em Gênero do Serviço de Polícia de Trinidad e Tobago (TTPS) são políticas que tratam de questões de VPI. A Iniciativa *Spotlight* da ONU está destacando o aumento dos casos de violência doméstica devido à COVID-19. Apesar dessas iniciativas, a cultura da violência e as noções de masculinidade e feminilidade em T&T refletem uma aceitação geral de uma cultura de violência no país.

Capacitar e encorajar sobreviventes de VPI por meio de mecanismos de segurança e apoio, oferecer opções

terapêuticas para casais e perpetradores que não estão em negação, promover a saúde mental de homens e mulheres e conclamar os homens a buscarem ajuda pode mudar positivamente a cultura do silêncio sobre a violência para uma cultura que fala contra e desaprova publicamente a violência.

Além disso, é necessária uma ressocialização de homens e mulheres em sua expressão da sexualidade e dos papéis de gênero. Acredito que a vergonha e o medo associados à VPI para a vítima e até mesmo para o perpetrador, e o falso senso de responsabilidade de um sobrevivente por sua condição de vítima, levam a esse silêncio sobre a violência. Portanto, a principal barreira para denunciar a violência doméstica à polícia, para vítimas do sexo masculino e feminino, era o constrangimento/vergonha, de acordo com Wallace (2019) em “Domestic Violence: Intimate Partner Violence Victimization Non-Reporting to the Police in Trinidad and Tobago” [Violência Doméstica: Vitimização da Violência por Parceiro Íntimo Não Denunciadas à Polícia em Trinidad e Tobago]. Apesar do motivo, a resposta é o silêncio, que muitas vezes termina em assassinato.

Tornar uma norma falar contra a violência e perceber a violência como inaceitável e anômala nas expressões de si mesmo e dentro dos relacionamentos quebrará o silêncio e, por fim, mudará as relações íntimas com os parceiros para melhor. ■

Contato com Amanda Chin Pang
<amandalal91@gmail.com>

> Sobre a capacidade de cuidar do mundo

por **Francesco Laruffa**, Universidade de Genebra, Suíça



Os indivíduos devem ser tratados como “agentes” que co-decidem a direção da mudança social. Desenho de Matteo Laruffa, de sete anos.

A pandemia da COVID-19 alimentou várias discussões sobre o “mundo depois do Corona” e o “futuro que queremos”. A ideia é que a pandemia não é apenas uma consequência trágica do capitalismo neoliberal e sua inerente superexploração da natureza (por exemplo, desmatamento): a pandemia também oferece a oportunidade de repensar nossa sociedade e as formas como ela está organizada. No entanto, não há acordo sobre o futuro previsto. Alguns defendem o “crescimento verde inclusivo” e um *Green Deal* que promova “empregos verdes”. O foco aqui é a inovação tecnológica para alcançar a sustentabilidade ambiental sem mudar o estilo de vida das pessoas (por exemplo, consumismo) ou estruturas capitalistas (por exemplo, a assimetria de poder entre empregadores e trabalhadores). Outros, em vez disso, aspiram a uma “transformação socioecológica” mais profunda, em que a economia estaria subordinada à satisfação das necessidades sociais e ecológicas ao invés dos lucros.

A seguir, proponho uma interpretação radical da “abordagem da capacidade” de Amartya Sen e Martha

Nussbaum, explorando como isso poderia nos ajudar a imaginar futuros mais emancipatórios e sustentáveis. Claramente, delinear um futuro valioso não pode ser tarefa exclusiva da sociologia (ou da filosofia): o futuro precisa ser co-construído de uma forma democrática, envolvendo a participação dos cidadãos. Eu argumento que a abordagem da capacidade permite uma perspectiva democrática sobre o “futuro que queremos”.

> Por uma interpretação radical das capacidades

A abordagem da capacidade sugere que a ação pública deve se concentrar na promoção das capacidades das pessoas, ou seja, na sua liberdade real para levar uma vida que eles têm razão para valorizar. Nessa perspectiva, o progresso da sociedade não é equiparado ao crescimento econômico, mas à remoção dos obstáculos ao florescimento humano: as políticas públicas devem expandir a liberdade dos indivíduos para alcançar “seres” e “fazeres” valiosos, ou seja, perseguir sua concepção racional de “boa vida”. Esse foco nos obriga a refletir em termos de finalidades, debatendo o que é intrinsecamente

>>

importante. A abordagem da capacidade também atribui um papel fundamental à democracia. A participação democrática não tem apenas uma função instrumental (permitindo que os cidadãos se manifestem para que a ação pública reflita melhor seus interesses), mas também um papel construtivo, moldando as prioridades da sociedade e - uma vez que as concepções de uma vida boa mudam durante os processos deliberativos - até mesmo os valores individuais.

Com base nisso, afirmo que a abordagem da capacidade pode ser estruturada de uma forma mais radical do que aquela que domina os círculos políticos. Na verdade, a ligação entre capacidades e crescimento econômico poderia ser questionada mais profundamente. A interpretação dominante da abordagem da capacidade destaca que o crescimento não é um fim em si mesmo, mas apenas um meio para atingir fins valiosos. No entanto, dadas suas consequências desastrosas sobre o meio ambiente e seu baixo impacto sobre o bem-estar humano, o crescimento econômico nem mesmo representa um meio adequado e a ação pública deve abandonar totalmente esse objetivo. Em muitos casos, a economia cresce por meio do sofrimento humano e de desastres ambientais: de um terremoto que se tornou um motor de crescimento econômico na indústria de construção à poluição gerada pela produção que desencadeia várias doenças. Mesmo o que parece positivo à primeira vista é, na verdade, decepcionante. A opulência, por exemplo, encoraja uma visão aquisitiva-materialista e competitiva-individualista da vida boa, o que acaba prejudicando o bem-estar. Assim, o estilo de vida ocidental não é apenas insustentável: o desejo desse modelo de “desenvolvimento” baseado no crescimento é questionável em si mesmo, do ponto de vista do bem-estar.

Da mesma forma, a ideia – central na abordagem da capacidade – de que os indivíduos devem ser tratados como “agentes” tornou-se muito influente no mundo das políticas. No entanto, as pessoas são concebidas como agentes em um sentido estrito, ou seja, como atores econômicos que participam dos mercados. Em vez disso, a figura do cidadão democrático que co-decide sobre a direção da mudança social é marginalizada. Nesse contexto, a abordagem da capacidade é cooptada em interpretações neoliberais-individualistas de “empoderamento” que reduzem a liberdade humana à liberdade de participar da economia, especialmente do mercado de trabalho. A capacidade tornou-se sinônimo de capital humano: o conjunto de habilidades de que os indivíduos precisam para serem atores econômicos de sucesso.

Rejeitando o crescimento econômico e a inclusão das pessoas na economia capitalista como objetivos desejáveis para a ação pública, uma interpretação mais radical da

abordagem da capacidade implicaria em dar aos cidadãos o poder de co-determinar a direção da mudança social, debatendo o significado de desenvolvimento, progresso, e qualidade de vida em termos de finalidades. Esse entendimento implica reduzir a influência dos mercados na formação de nosso destino coletivo, substituindo-o (parcialmente) pela democracia participativa-deliberativa.

> **Centrar a ação pública na “capacidade de cuidar do mundo”**

Nesse ponto, a abordagem da capacidade pode ser combinada com a “ética do cuidado” desenvolvida pelas teóricas feministas. Como sugere Joan Tronto, a perspectiva do cuidado destaca o que nós, como sociedade, nos preocupamos. O capitalismo é um sistema baseado no cuidado com os lucros, e os indivíduos são recompensados de acordo com sua contribuição para os lucros. Mas poderíamos construir uma sociedade em que o cuidado de outras pessoas (por exemplo, crianças, idosos e pessoas doentes), do meio ambiente (na forma de proteção / manutenção ambiental e reparação ambiental), de instituições democráticas e de si mesmo (esporte, artes, educação, etc.) tivessem prioridade sobre os lucros.

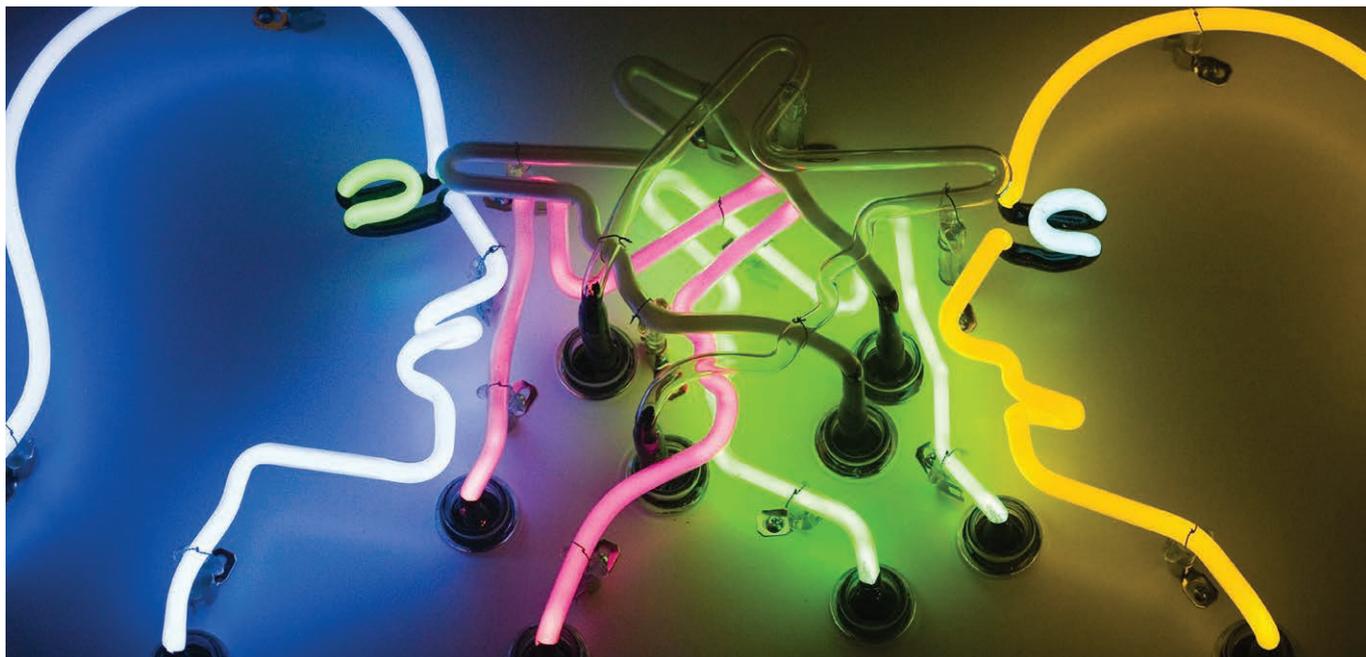
A partir dessa perspectiva, as recompensas poderiam passar da produção para a reprodução social e o trabalho poderia ser reconceituado como a atividade de *cuidar do mundo*. O sentido final deveria ser definido por meio de deliberação democrática. Assim, a democracia substituiria (parcialmente) o mercado ao estabelecer o que é uma contribuição valiosa para a sociedade. Essa compreensão do trabalho, baseada na “utilidade social” ao invés do valor de mercado, ganhou destaque durante a pandemia com discussões sobre trabalhadores “essenciais”. Uma agenda seguindo essa estrutura se oporia à proliferação de “empregos de merda” (David Graeber) – verdes ou não – nas sociedades capitalistas, promovendo a capacidade dos indivíduos de realizar um trabalho significativo. Este último envolveria uma atividade realizada dentro ou fora do mercado de trabalho que oferece oportunidades de florescimento humano para os indivíduos que a desempenham e que contribui para a sociedade de uma forma “objetivamente” valiosa – e todos os cidadãos têm o mesmo direito de participar do debate democrático sobre o que é valioso (Ruth Yeoman).

Concluindo, uma vez que sua visão crítica do capitalismo é tornada mais explícita, a abordagem da capacidade pode inspirar progressos, sugerindo que o foco da ação pública não seja o crescimento econômico ou a inclusão de pessoas no mercado de trabalho, mas a promoção da “capacidade de cuidar do mundo” – o que também implica no direito de participar do debate sobre o que é digno de atenção. ■

Contato com Francesco Laruffa
<Francesco.Laruffa@unige.ch>

> Humano como Homo Culturus

por **Mahmoud Dhaouadi**, Universidade de Túnis, Tunísia e membro dos Comitês de Pesquisa da ISA em História da Sociologia (RC08), Sociologia da Religião (RC22) e Linguagem e Sociedade (RC25)



Os seres humanos não são apenas animais falantes, mas também usuários de diferentes símbolos culturais. A linguagem precisa ser entendida como a base desses símbolos culturais. Crédito: [Flickr/Thomas Hawk](#).

O conceito de *Homo Culturus* está ausente nas ciências sociais. Os economistas e os que têm uma visão materialista descreveram o Homem como *Homo Oeconomicus*, os cientistas políticos o rotularam como *Homo Politicus* e os sociólogos veem o ser humano como um ser social ou *Homo Sociologicus*. Devido ao uso crescente de números atualmente, alguns falam sobre o *Homo Numericus*. Apesar de seu grande interesse pelo estudo da cultura, no entanto, os antropólogos contemporâneos não usaram termos relacionados à cultura para descrever o Homem como, antes de tudo, um *Homo Culturus*. A epistemologia positivista prevaleceu nas ciências sociais. Ela afirma que a experiência sensorial é a base do conhecimento. Antropólogos importantes são testemunhas do impacto dessa epistemologia. Em seu livro de 1973, *O Conceito de Cultura*, Leslie White menciona que Ralph Linton, Radcliffe-Brown e outros consideravam a cultura uma abstração ou algo que não existe ou que designa nenhuma realidade concreta. Os cientistas sociais positivistas dificilmente

demonstrariam grande interesse pela cultura como um fenômeno não sensorial e ambíguo.

> Impacto persistente do positivismo

As reservas acima sobre a cultura também são encontradas entre os “pais fundadores” da sociologia ocidental. Os teóricos da cultura pré-1960, como Weber, Durkheim, Marx, Parsons, Mills e outros, são conhecidos por terem um “programa fraco” sobre cultura em seus trabalhos publicados. Ou seja, deram uma importância menor à cultura. Além disso, a Escola de Birmingham, Bourdieu e Foucault não se saíram melhor: eles também adotaram um “programa fraco” para o estudo da cultura. A tendência do “programa fraco” ainda domina os estudos sociológicos da cultura hoje, embora o “programa forte” da sociologia cultural (que dá grande importância à cultura) esteja ganhando atenção crescente desde o nascimento da “virada cultural” no final dos anos 1990.

>>

> A busca pelo *Homo Culturus*

Minha pesquisa, aliás, me levou a ter uma afinidade de longa data com o estudo da cultura. Minha curiosidade intelectual na década de 1990 me motivou a tentar elaborar uma estrutura teórica que ajudasse a compreender e explicar o comportamento das pessoas e a dinâmica das sociedades humanas. Em seu livro de 2014, *The Art of Social Theory* [A Arte da Teoria Social], o sociólogo Richard Swedberg argumenta que a teorização sociológica não está bem posicionada. Senti que deveria correr o risco na aventura da teorização. Comecei levantando esta questão metodológica: qual deve ser o ponto de partida para explorar o enigma das forças que estão por trás dos comportamentos humanos e das dinâmicas das sociedades? Achei que deveria começar primeiro identificando as *características especiais* que distinguem a espécie humana de outras espécies. Senti que, ao procurar identificar essas características, deveria começar minha pesquisa da estaca zero. Em busca de potenciais características humanas distintas, não deixei pedra sobre pedra para finalmente descobrir o que estava procurando: *Símbolos Culturais* (SC), ou seja, linguagem, pensamento, conhecimento, religião, leis, mitos, valores e normas culturais. O estudo dos SC, portanto, parece ser fundamental para a compreensão e explicação dos comportamentos humanos e fenômenos sociais. Minha teorização me levou a ver a linguagem como a força convincente por trás do nascimento dos SC: a *linguagem* é a “mãe” dos SC. Ou seja, o ser humano não é apenas um animal falante como descrito por antigos filósofos e pensadores sociais, mas também um grande usuário de SC. Como tal, minha versão do cogito ergo sum diria: eu uso a linguagem, portanto, sou humano.

Essas suposições teóricas levaram a observações de campo que reforçam fortemente o conceito de *Homo Culturus*. Encontrei quatro características humanas distintas que podem explicar por que os humanos são indivíduos *Homo Culturus*.

> Observações básicas sobre a distinção humana

A centralidade dos SC na identidade humana pode ser considerada nova nas ciências sociais contemporâneas, conforme delineado anteriormente. Minha conceituação de SC no cerne das identidades humanas (*Homo Culturus*) foi alcançada da seguinte forma:

1) O processo de crescimento e maturação do corpo humano é lento em comparação com o da maioria dos outros seres vivos. Por exemplo, em média, os bebês humanos começam a andar com a idade de um ano, enquanto os bebês animais podem andar imediatamente ou em poucas horas ou dias após o nascimento.

2) Os humanos têm uma vida útil mais longa do que a maioria dos animais.

3) A raça humana tem um papel dominante incontestável no planeta.

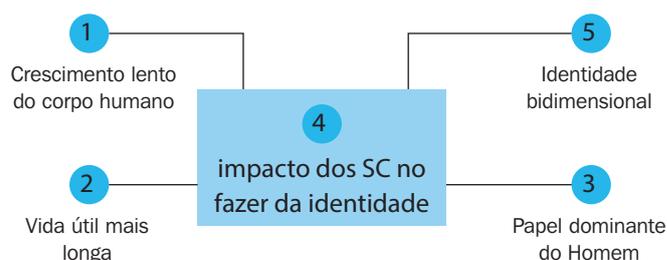
4) Os humanos são *privilegiados* pelos SC.

5) A identidade humana é composta por duas partes: o corpo e SC. É uma identidade bidimensional frequentemente referida nas religiões e na filosofia como uma identidade dupla composta de corpo e alma.

> Reflexões oferecidas por SC

Os humanos crescem e amadurecem lentamente tanto no corpo quanto no enfrentamento de SC. Portanto, humanos são *bidimensionais* em seu desenvolvimento geral. Em contraste, o crescimento e o amadurecimento de espécies não humanas são amplamente *unidimensionais* (apenas o corpo) por causa de sua falta de SC no sentido humano amplo e sofisticado. A necessidade de progredir em dois níveis está por trás do lento crescimento e amadurecimento do corpo humano. Ou seja, o processo de crescimento e amadurecimento do corpo humano é retardado, por assim dizer, porque os humanos estão envolvidos em um segundo processo de crescimento e amadurecimento representado pelos SC.

Os SC devem contribuir para responder ao quebra-cabeça inscrito na capa da edição especial da *Scientific American* (setembro de 2018): “Humanos: Porque somos diferentes de qualquer outra espécie no planeta.” Como apontado acima, os humanos são distintos de outras espécies em virtude dos SC. Assim, os SC é o que os torna diferentes de outras espécies. O desenho a seguir ilustra porque o ser humano é um *Homo Culturus*.



> *Homo Culturus* e o princípio da parcimônia

Acabamos de ilustrar como os SC podem explicar as quatro características humanas distintas. Os SC podem explicar inúmeros outros comportamentos específicos de indivíduos e grupos humanos, bem como a variedade da dinâmica das sociedades e civilizações. Assim, SC são compatíveis com o Princípio da Parcimônia: o uso do menor número possível de variáveis para explicar o maior número possível de fenômenos. ■

Contato com Mahmoud Dhaouadi
<m.thawad43@gmail.com>

> Os ataques terroristas de 22 de julho de 2011 na Noruega

por Pål Halvorsen, editor de periódicos da Scandinavian University Press, Noruega



O edifício principal da ilha de Utøya, onde 69 pessoas foram mortas. Crédito: Pål Halvorsen.

“As coisas acontecem, mas a representação delas está no ar”

Alexander, J. C. & Gao, R. (2012)

Fjotolf Hansen, mais conhecido por seu antigo nome, Anders Behring Breivik, conduziu dois ataques terroristas na Noruega em 22 de julho de 2011, um no quartirão do governo executivo da Noruega e o segundo em Utøya, onde a Liga da Juventude Operária tinha seu acampamento de verão. Agora, dez anos depois, a sociedade norueguesa ainda luta com as questões que foram levantadas como consequência. Os ataques mataram 77 pessoas e feriram muitas mais. Eles atingiram a Noruega como nação, mas também o mundo. Visitantes internacionais

compareceram ao acampamento de verão, e a mídia internacional cobriu os ataques. As questões colocadas instantaneamente consideram, por exemplo, a inspiração internacional para os ataques. No entanto, a sociedade norueguesa se cansou de lidar com as decisões práticas logo após o ocorrido. Muitos sublinham em seus relatos o momento dos ataques, no meio do verão, quando Oslo está bem vazia e a maioria das pessoas está de férias. Isso deixou a sociedade ainda menos preparada para algo tão horrível como isso, e a resposta não foi tão rápida quanto o esperado ou desejado. Com um terrorista que se rendeu com seu nome completo e distribuiu amplamente um “manifesto” pouco antes dos ataques, a busca por respostas poderia começar com o material disponível. A questão psicológica de se

>>

Breivik era são ou não foi tratada por dois comitês de especialistas forenses psicológicos da mesma maneira, embora com duas conclusões contrastantes. O primeiro comitê o considerou esquizofrênico paranóico, enquanto o segundo descobriu que ele tinha um transtorno de personalidade narcisista, mas ainda estava são durante os ataques. O julgamento no Tribunal Distrital de Oslo terminou com Breivik sendo considerado são e culpado. Sua sentença é a pena máxima na Noruega: 21 anos de prisão, com possíveis prorrogações. Durante seu tempo na prisão, ele mudou de nome. Em 15 de março de 2019, Brenton Tarrant realizou um ataque terrorista contra muçulmanos em Christchurch, Nova Zelândia. Ele citou Breivik explicitamente como uma fonte de inspiração, e o “22 de julho” voltou a ser notícia internacional.

O “22 de julho” se tornou uma metonímia para o trauma cultural emergente após os eventos. Não reflete apenas uma ocorrência histórica, mas também o processo posterior, como o “11 de setembro”. Os eventos levantaram questões sobre a identidade coletiva pressionando e desafiando concepções anteriores do “ser norueguês”. Como a confederação norueguesa de sindicatos perguntou: “Como ‘um dos nossos’ pode acabar como um assassino em massa?” Essa forma de abrir bases coletivas para a discussão é um dos indicadores de trauma cultural.

Há uma literatura internacional ampla e crescente - e não apenas norueguesa - sobre o “22 de julho”. Talvez o mais conhecido seja o livro de não ficção *Um de nós*, de Åsne Seierstad, com seu título revelador. Na literatura acadêmica, o antropólogo Sindre Bangstad escreveu um livro chamado *Anders Breivik and the Rise of Islamophobia* [Anders Breivik e a Ascensão da Islamofobia], em 2014, que se aprofundou explicitamente na questão da motivação ideológica para o terrorismo. Enquanto Bangstad é explícito em estudar os perigos da islamofobia como um fator contextual importante, Sveinung Sandberg estuda as autonarrativas apresentadas no “manifesto” de Breivik e encontra quatro maneiras diferentes de analisá-las, “seja como estratégicas ou determinadas ou unificadas ou fragmentadas”. Ele também aponta como as diferentes maneiras de descrever Breivik refletem uma luta entre os anti-islâmicos que tentam se concentrar na agência de Breivik e os atores esquerdistas que sublinham as abordagens estruturais. Outras linhas de pesquisa que poderiam ter sido mencionadas são, por exemplo, estudos da mídia, debates sobre multiculturalismo, confiança e engajamento cívico e política de contraterrorismo. Todos esses exemplos tentam estudar os efeitos do dia 22 de julho. Uma consequência importante a mencionar é que, na esteira dos ataques terroristas, o governo norueguês forneceu apoio financeiro para a criação do Centro

de Pesquisa sobre Extremismo (C-REX), localizado na Universidade de Oslo, que segundo Cynthia Miller-Idriss “agora é amplamente reconhecido como o centro mais abrangente de especialização acadêmica e de políticas públicas sobre o extremismo de extrema direita em todo o mundo”.

Aqui não é o espaço para fornecer o relato completo do conhecimento sobre, ou relacionado, ao 22 de julho, mas os seguintes artigos são apresentados como exemplos do cenário em que eu e Tore Rafoss estivemos trabalhando para uma edição temática do *Norwegian Journal of Sociology* sobre o “22 de julho”. Os artigos devem cobrir diferentes aspectos. O primeiro artigo, “Trust in the aftermath of terrorism in Norway, France and Spain” [Confiança nas consequências do terrorismo na Noruega, França e Espanha], estuda a importância das narrativas como parte da confiança dos cidadãos nos políticos e na sociedade após os ataques terroristas. Os casos comparativos são os ataques terroristas em Nice, em 2016, e em Barcelona, em 2017.

O segundo artigo é sobre o trabalho de memória e é intitulado “National memorials as a response to terrorism” [Memoriais nacionais como uma resposta ao terrorismo]. Ele estuda o processo de estabelecimento de memoriais nacionais em Oslo e Utøya comparando com o Memorial Nacional de Oklahoma City e o Memorial Nacional de 11 de setembro de Nova York. O artigo termina com uma discussão sobre como, paradoxalmente, os memoriais nacionais muitas vezes velam a dimensão política de eventos históricos e atos de memória.

O terceiro artigo, “The role of the court after 22nd of July” [O papel do tribunal após o 22 de julho], esboça uma agenda de pesquisa dentro da sociologia do direito, documentando as relações entre o tribunal e os sobreviventes, e o trabalho de memória e reconstrução. A ambição é fornecer um melhor entendimento de como o tribunal responde a eventos extraordinários.

Os livros que serão resenhados são *Hate in the Homeland* [Ódio na Pátria], de Cynthia Miller-Idriss, a antologia editada por Anne Gjelsvik, *Bearbeidelser* [Maneiras de Superar], *Frykt og avsky i demokratiet* [Medo e Ódio na Democracia], de Eirik Høyer Leivestad e *Arbeiderpartiet og 22. Juli* [O Partido Trabalhista e o 22 de julho], de Hallvard Notaker.

Como esses artigos e resenhas de livros ilustram, a força da sociologia depende de sua amplitude quando se trata de estudar o “22 de julho”. ■

Contato com Pål Halvorsen
<pai.halvorsen@universitetsforlaget.no>